



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

VITAL LOPES CORDEIRO

A INFLUÊNCIA POLÍTICA DA MAÇONARIA
NO PERÍODO DA PRÉ-INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Brasília-DF
2008

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

VITAL LOPES CORDEIRO

A INFLUÊNCIA POLÍTICA DA MAÇONARIA
NO PERÍODO DA PRÉ-INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados – CEFOR, como parte das exigências do curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo.

Orientador: Casimiro Pedro da Silva Neto

Brasília-DF
2008

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: _____

Data____/____/____

Cordeiro, Vital Lopes.

A influência política da maçonaria no período da pré-independência do Brasil [manuscrito] / Vital Lopes Cordeiro. -- 2008.
79 f.

Orientador: Casimiro Pedro da Silva Neto.

Impresso por computador.

Monografia (especialização) -- Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, 2008.

1. Maçonaria. 2. Independência do Brasil (1822). I. Título.

CDU 061.236

FOLHA DE APROVAÇÃO

Monografia:

“A INFLUÊNCIA POLÍTICA DA MAÇONARIA NO PERÍODO DA PRÉ-INDEPENDÊNCIA DO BRASIL”

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados – CEFOR, como parte das exigências do curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo.

1º. Semestre / 2008

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Casimiro Pedro da Silva Neto

Examinador: Prof. Antônio Teixeira de Barros

Brasília, 11 de fevereiro de 2008.

A chave do futuro é, pois, a liberdade, princípio maravilhoso que senhoreia as tendências do nosso espírito, que esclarece os instintos do nosso coração, fecunda o nosso trabalho, depura as nossas paixões, ilustra as nossas crenças, alimenta os nossos esforços, que confraterniza todos os homens pelo amor, pela dedicação, pelo sacrifício, que engrandece as nações, pela atividade, pela paz, pela justiça e pela instrução. O princípio do futuro é a democracia.

Rui Barbosa

Dedico

*À minha mãe (in memorian). Ímpar exemplo.
Essência de minha existência.*

*À minha mulher, Aurenir,
pelo sono perdido na penumbra do quarto, enquanto o orvalho da manhã se dissipava ante o clarão
do rei maior, o sol, que anunciava mais um dia.*

*Aos meus queridos filhos, Cristie e Alexandre,
de personalidades fortes, diferentes, porém meigos, carinhosos e amáveis.*

Agradecimentos

Agradecimento especial ao meu grande Mestre, amigo e orientador Casimiro Pedro da Silva Neto, pela sua disposição em ajudar na escolha de algumas fontes de leitura, conversar e corrigir cada texto escrito e redigido, também pela sua condição intelectual e firmeza nas observações pertinentes ao censurar meus erros e sugerir caminhos de pesquisa. Sua orientação foi preponderante em momento vivido. Sua amizade foi essencial e marcante durante a orientação o que me fez ficar mais confiante em mim mesmo. Obrigado, Mestre!

Não seria viável a realização deste trabalho sem recorrer à competente e expressiva orientação metodológica do professor Antônio Teixeira de Barros. Pois, com ele, foi possível perceber o real objetivo da disciplina Pesquisa Científica, esclarecendo assim, a idéia principal do tema escolhido, para a elaboração do projeto, bem como definir os pontos essenciais na busca de solução para responder as questões apresentadas.

À colega Fátima Paes Loureiro, pelo incentivo e correção ortográfica deste trabalho.

À prezada Chefe de Gabinete da Liderança do Partido Socialista Brasileiro, Magda Suely Rosa Oyo Valentin, pelo incentivo à minha inscrição no Curso de Especialização e liberação para assistir às aulas durante o horário de trabalho.

Ao Prezadíssimo amigo de muitos anos e Chefe de Secretaria da Liderança do Partido Socialista Brasileiro, Álvaro Cabral, pelo apoio e incentivo, com as minhas desculpas nos momentos de ausência para estudos, bem como pela confiança e amizade dispensada.

Ao Deputado Federal amigo e irmão Gonzaga Patriota, pela fraternal amizade e apoio dispensados a mim durante todo o tempo que convivemos em seu gabinete, bem como a todos os demais colegas de gabinete, pela preocupação, incentivo e aceitação de cada circunstância que se apresentava durante o início de meu curso. Um fraternal abraço a todos.

À Administração da Câmara dos Deputados, por ter proporcionado a mim e a todos os meus colegas de sala, condições funcionais que permitiram a nossa participação no Curso de Pós-Graduação – Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo.

Aos meus novos amigos e colegas de trabalho e de sala de aula que tiveram muita paciência em me ouvir sobre assuntos que eram importantes para mim e por ter compartilhado de seus sonhos e desafios – foram muitos e emocionantes. Agradeço com sincera emoção e gostosa saudade pela solidariedade, carinho, amizade e alegria constante. Foram dezoito meses muito produtivos, de crescimento intelectual e aprendizagem recíproca.

Com muita emoção e responsabilidade agradeço entusiasmado e sensibilizado a oportunidade de ter sido escolhido como Representante de Turma perante o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento – Cefor, da Câmara dos Deputados. Agradeço também, pela oportunidade de ter sido eleito para representar os nobres colegas junto ao Colegiado da Câmara dos Deputados. Foi muito gratificante e honroso.

Aos Irmãos Henrique (chefe da biblioteca) do Grande Oriente do Brasil e Sérgio Dominguez Rozas, pelo apoio na busca de fontes de pesquisa.

Em especial, aos mestres Carlos Ricardo Caichiolo, Ricardo José Pereira Rodrigues, Antônio Teixeira de Barros, Casimiro Pedro da Silva Neto, Amandino Teixeira Nunes Junior, Erivan da Silva Raposo, Júlio Roberto de Souza Pinto, Newton Tavares Filho, Yara Lopes Depieri (Diretora do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento), e aos servidores Ricardo Dias e Ricardo Senna, pela dedicação pessoal na elaboração dos conteúdos disciplinares, pelas aulas e pelas horas dispensadas ao nosso aprendizado e ainda pela metodologia aplicada e acompanhamento pedagógico. À Noélia, pela simpatia e presteza. Sinceros agradecimentos pela amizade construída.

Enfim, a todos que de alguma maneira facilitaram nossos trabalhos e estudos, abraço fraterno com especial sentimento de paz, amor, fraternidade, saúde e prosperidade.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a influência política da Maçonaria no período da Pré-Independência do Brasil. Para tanto, utilizou-se de revisão bibliográfica acerca do tema proposto, lançando mão da contribuição de vários autores que tratam do tema, bem como da biografia dos principais nomes maçônicos do período, e ainda, breve histórico dos principais meios de comunicação utilizados para propagar os ideais maçônicos, que por sua vez fundavam-se nos ideais liberais – liberdade, igualdade e fraternidade. A maçonaria no Brasil Império era tratada de forma oculta, secreta, organizando-se em associações comerciais que, no fundo, serviam de fachada para as atividades maçônicas. Notou-se que os ideais revolucionários da França no final do século XVIII atuaram de forma decisiva no processo da Independência do Brasil, porém, estes ideais foram postos em prática no Brasil Império por intermédio dos maçons, que por sua vez eram compostos da incipiente elite agrária brasileira que tinha condições de estudar no exterior, sobretudo na França. Outro ponto que chama a atenção no decorrer do estudo é o fato de que a maçonaria esteve presente em vários processos revolucionários em prol da independência das colônias européias na América. A maçonaria portuguesa e a brasileira, sobretudo, teve papel decisivo no processo de independência do Brasil. Tem-se como resultados que a maçonaria teve forte influência sobre o processo que antecedeu a Independência do Brasil, que se concretizou com o famoso Grito do Ipiranga proferido por Dom Pedro às margens do Ipiranga, seja pelos ideais defendidos, social e politicamente, bem como por suas bases econômicas, no período, dominantes.

Palavras-chave: Maçonaria, Independência do Brasil, Grito do Ipiranga, Dom Pedro.

ABSTRACT

This research has for objective to analyze the influence politics of the Masonry in the period of daily pay independence of Brazil. For in such a way, it was used of bibliographical revision concerning the considered subject, launching hand of the contribution of some authors who deal with the subject, as well as of the biography of the main masonry names of the period, and still, soon historical of the main medias used to propagate the ideals of the masonry, that in turn established in the liberal ideals - freedom, equality and fraternity. The masonry in Brazil Empire was treated to occult, private form, organizing itself in trade associations that, in the deep one, served of façade for the masonics activities. It noticed that ideals revolutionary of France in end of century XVIII had acted of form decisive in process of Independence of Brazil, however, this ideals had been ranks in practical in Brazil Empire for intermediary of maçons, that in turn they were composites of the incipient Brazilian agrarian elite who had conditions to study in the exterior, over all in France. Another point that calls the attention in elapsing of the study is the fact of that the masonry was present in some revolutionary processes in favor of the independence of the colonies of the Europe in America. The Portuguese masonry and the Brazilian, over all, had decisive paper in the process of independence of Brazil. As it has been resulted that the masonry had fort influence on the process that it preceded of Independence of Brazil, that if materialize with the famous Shout of Ipiranga pronounced for Dom Peter to the edges of the Ipiranga, either for the defended ideals, social and politically, as well as for its economic bases, in the period, dominant.

Key-words: Masonry, Independence of Brazil, Shout, Dom Pedro.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – Templo Maçônico (Interior da Grande Loja Maçônica do D. Federal)	73
IMAGEM 2 – Templo Maçônico (Interior da Grande Loja Maçônica de Londres)	73
IMAGEM 3 – Manuel de Arruda Câmara	74
IMAGEM 4 – Hipólito José da Costa	74
IMAGEM 5 - José Clemente Pereira	75
IMAGEM 5.1 – José Clemente Pereira	75
IMAGEM 6 - José Bonifácio de Andrada e Silva	76
IMAGEM 7 – Joaquim Gonçalves Ledo	77
IMAGEM 8 – D. Leopoldina	77
IMAGEM 9 – Jornal Revérbero Constitucional Fluminense (Capa Fac-Simile)	78
IMAGEM 10 – Dom Pedro I	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CONTEXTO HISTÓRICO	16
1.1 O que é Maçonaria?	17
1.2 Origem	18
1.3 A Participação na Europa e na América	19
2 A MAÇONARIA NO BRASIL	22
2.1 As Primeiras Reuniões	23
2.2 As Adversidades de Instalação no País	24
2.3 O Fechamento das Lojas	27
2.4 As Divergências Ideológicas e Políticas	28
2.5 A Influência de Maçons na Independência	32
2.5.1 Manuel de Arruda Câmara	33
2.5.2 Domingos José Martins.....	34
2.5.3 Hipólito José da Costa	34
2.5.4 José Clemente Pereira	36
2.5.5 José Bonifácio de Andrada e Silva	37
2.5.6 José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima (Padre Roma)	38
2.5.7 Joaquim Gonçalves Ledo	38
2.6 A Imprensa e os Principais Jornais	40
2.6.1 O Revérbero Constitucional Fluminense	41
2.6.2 O Macaco Brasileiro	43
2.6.3 A Malagueta	43
2.6.4 Regulador Basílico-Luso	44
3 PRINCIPAIS MOMENTOS – Pré-Independência	45
3.1 A Revolução Pernambucana	46
3.2 O Fico	50
3.3 O Manifesto de Dom Pedro	52
3.4 D. Pedro e a Maçonaria	52
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
ANEXO A	60
ANEXO B	61
ANEXO C	62
ANEXO D	65
ANEXO E	66
ANEXO F	67

INTRODUÇÃO

“ [...] porque o Amor da Pátria he o mesmo Amor da Nação, e da Constituição: se esta proclamou Liberdade, Igualdade e Confraternidade ninguém se deve recolher a silêncio ...”

(O SACRISTÃO DE TAMBI, In Reverbero
Constitucional Fluminense)

A maçonaria é um assunto recorrente ao longo do tempo quando é tratada como uma instituição de marcante participação e influência na política. A organização mereceu o respeito e a admiração dos mais diversos segmentos da humanidade, independentemente de raça ou continente, desde os seus primeiros atos constitutivos até os dias de hoje.

A sua atuação é significativamente considerada como forte, pois age objetivamente e de forma reservada. Sempre foi assim nos momentos onde a mesma teve necessidade de intervir, quer através da instituição, quer através de seus membros. Tanto é verdade que, na história da política brasileira, vários autores defendem a idéia de que a maçonaria teve relevante participação nas lutas pela emancipação política, principalmente na Proclamação da Independência do Brasil. Castellani afirma que “foi, assim, feita a independência com o pleno conhecimento de D. João e com a participação efetiva de D. Pedro, amparado pelo trabalho da maçonaria, que se tornara, na época, uma forte corrente política”¹.

Assim, o tema objeto de análise desse trabalho será a influência política da maçonaria na independência do Brasil. É considerado de importância relevante, principalmente por estar inserido entre os marcos da História do Brasil.

Mesmo sabendo que o assunto é polêmico, inclusive com uma literatura específica, continua sendo bastante atraente, merecendo outras investigações e análise crítica mais aprofundada.

Dentro desta contextualização, a pergunta-problema a ser respondida é:

§ Qual a influência política que a Maçonaria teria exercido no período considerado como da pré-independência do Brasil ?

¹ CASTELLANI, José. A ação secreta da maçonaria na política mundial. 2. ed., São Paulo: Landmark, 2007.

Dessa maneira, para responder à pergunta acima formulada, objetivar-se-á responder algumas questões consideradas de suma importância, pois quanto mais se aprofunda no assunto, mais uma contribuição para que outros estudiosos do mesmo tema possam enriquecer a literatura já existente.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho foi o de analisar os fatores que contribuíram para detectar a influência política da maçonaria no processo de Independência do Brasil. Os objetivos específicos estão relacionados com os principais momentos em que a Independência teve influência da maçonaria. Nesse aspecto, colocar em evidência a efetiva participação da instituição maçônica e de seus membros no processo de busca da liberdade e constituição da Nação é primordial para responder aos questionamentos inseridos no início desse trabalho.

Ao aprofundar essa discussão possibilita-se, ao final do trabalho, o desenvolvimento de outros estudos semelhantes no campo das instituições e processos políticos do legislativo.

Quanto à metodologia empregada foi utilizado o método histórico-descritivo com o intuito de investigar os fatos relacionados ao tema proposto, suas possíveis projeções e influências no processo de independência e também na sociedade civil. Para o levantamento do problema, a identificação dos objetivos e suas respectivas descrições, bem como para determinação da metodologia da pesquisa, foi adotado o método de Duarte e Barros².

Foram utilizados três tipos de pesquisa para o desenvolvimento do trabalho:

- a) a bibliográfica, constituída principalmente de artigos científico e livros do acervo da Coordenação de Biblioteca/CEDI;
- b) a documental, que se encontrava sob a guarda do museu do Grande Oriente do Brasil; e
- c) de discursos e artigos publicados nos cadernos da imprensa da época.

² DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (orgs.). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação, 2. ed., São Paulo: Atlas, 2006.

A pesquisa é qualitativa³, na medida em que apresenta um estudo em que os dados a serem apresentados são oriundos de fontes qualitativas (bibliográficas), considerando-se, ainda, que a pesquisa, tanto no aspecto bibliográfico como de campo, obedeceu aos seguintes procedimentos:

- § Delimitou-se, inicialmente, o tema, levando-se em consideração o interesse, a disponibilidade de tempo, dificuldades a serem encontradas e sua aplicação prática. Nesse sentido, foram avaliados possibilidade e o campo necessários para obtenção dos dados e foi elaborada uma lista de assuntos a investigar;
- § Prioritariamente, elegeram-se os aspectos que seriam considerados e os que seriam desprezados na adoção dos rumos da pesquisa, tais como histórico, conceitos, pesquisa sobre discurso, sobre linguagem e outros. E assim, para desenvolvê-la, definiu-se o critério a ser estabelecido para o processo de investigação.

De posse da documentação necessária foram feitas as devidas leituras, oportunidade em que foi objeto de análises detalhadas tudo que se relacionava ao tema.

Após esses passos foi realizada a classificação do material necessário ao desenvolvimento da monografia. Os dados coletados ficaram dispostos em fichas bibliográficas.

Após a coleta dos dados e leitura crítica e interpretativa das fontes foram observados os critérios utilizados por cada autor no que se refere à disposição dos assuntos tratados sobre o tema em análise. Assim sendo, conseguiu-se ter uma noção de como foram separadas as etapas no processo e que envolveram as fases de desenvolvimento do estudo.

Após a organização das fichas, foram realizadas anotações das considerações e comentários pertinentes e expostos por cada autor ou membro que integrava a instituição à época, durante as discussões, debates ou reuniões objetivando relacioná-las entre si e com os fatos propostos na intenção de alcançar o objeto da pesquisa. Dessa forma, foi possível desenvolver uma análise fundamentada e exposição de considerações pessoais.

³ MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2003.

Encerrada a fase de levantamento, leitura, análise, interpretação e classificação dos documentos, foi realizado o trabalho de escrita da pesquisa, com inserções de dados e formulações teóricas visando ao atendimento dos objetivos propostos.

Não se pode deixar de mencionar que a pesquisa que ora se realiza tem o seu desenvolvimento carregado de implicações políticas do período. O foco utilizado para o tema provoca visões diferentes das relações pessoais e institucionais na luta política de então. Não se pretende, ao enfocar discussões acadêmicas, separar conflitos aí existentes dos confrontos políticos simultâneos. No entanto, às vezes, podem ser percebidos como camadas diferentes das renhidas e radicais disputas ocorridas no conturbado período analisado.

Ao longo do estudo, na contextualização e argumentação, realizou-se uma abordagem histórica do assunto, com estudo focado principalmente no sentido de detectar momentos que versaram sobre a influência política da maçonaria no início do século XIX com reflexos diretos na Independência do Brasil. Nesse sentido, o trabalho tem a seguinte divisão:

- § No primeiro capítulo fez-se um breve contexto histórico; o que é a instituição, a origem da maçonaria e sua participação no cenário mundial, desde as épocas mais remotas, incluindo a Europa e a América.
- § No segundo capítulo aborda-se a Maçonaria no Brasil, a partir das primeiras reuniões; suas adversidades por ocasião de sua instalação no país; as divergências de seus seguidores, tanto ideológicas quanto políticas e até culturais; apresenta a influência dos principais jornais da época e ainda o fechamento de algumas lojas por questões diversas. Essa parte fundamenta a resposta a um dos problemas do projeto: Qual foi a influência política da maçonaria para o processo de Independência do Brasil?
- § No terceiro capítulo, apresenta-se uma cronologia dos principais momentos pré-independência, com os acontecimentos que vão delinear uma importante contribuição para responder outro problema: Revolução Pernambucana, O Fico, D. Pedro e o seu ingresso na Maçonaria e o Grito do Ipiranga, bem como o Manifesto de D. Pedro.

Finalmente, cabe esclarecer que, nesse estudo, optou-se por não se fazer citações extensivas e indicações bibliográficas ao que se constitui matéria consensual na historiografia brasileira. Não obstante, algumas leituras mais recentes ou que se destacam do conjunto são devidamente localizadas.

1 CONTEXTO HISTÓRICO

“A independência é, então, o atrativo principal dos que se dispõem a analisar a história da maçonaria no Brasil. E é por isso que, entre todos os acontecimentos onde houve participação de maçons, ela é a mais mistificada ...”

(CASTELLANI, 1993)

Entende-se que a Maçonaria não possui leis gerais nem livro santo que a definam ou obriguem todo o maçom através do mundo; não sendo uma religião, não tem dogmas. Em cada país e ao longo dos séculos, estatutos numerosos se promulgaram e fizeram fé para comunidades diferentes no tempo e nos costumes. Mas isso não obsta a que a Maçonaria possua certo número de princípios básicos, aceito por todos os irmãos em todas as partes do globo. É essa aceitação, aliás, que torna possível a fraternidade universal dos maçons e a sua condição de grande família no seio da humanidade, sem que, no entanto, exista uma potência maçônica à escala mundial nem um Grão-Mestre, tipo Papa, que centralize o pensamento e a ação da Ordem⁴.

O nome “maçonaria” vem provavelmente do francês "Maçonnerie", que significa uma construção qualquer, feita por um pedreiro, o "maçom". A Maçonaria terá assim, como objetivo essencial, a edificação de qualquer coisa. O maçom, o pedreiro-livre em vernáculo português, será, portanto, o construtor, o que trabalha para erguer um edifício⁵.

A maçonaria admite que o homem e a sociedade são suscetíveis de melhoria, são passíveis de aperfeiçoamento. Por outras palavras, aceita e promove a transformação do ser humano e das sociedades em que vive. Mas, para além da solidariedade e da justiça, não define os meios rigorosos por que essa transformação se há de fazer nem os modelos exatos em que ela possa desembocar. Nada há, por exemplo, no seio da Maçonaria, que faça rejeitar uma sociedade de tipo socialista ou liberal. O que lhe importa é um homem melhor dentro de uma sociedade melhor⁶.

Dos ideais de justiça e solidariedade humanas levados até as últimas conseqüências, resulta naturalmente o de ser a Maçonaria uma instituição aclassista e anti-

⁴ FIGUEIREDO, Luis. *O que é a maçonaria?* Disponível em: <http://www.maconaria.net/whatis.shtml>, Acesso em 2 jan. 2008.

⁵ Ibidem.

⁶ Idem.

classista, englobando representantes de todos os grupos sociais que, como maçons, devem tentar esquecer a sua integração de classe e comportarem-se como iguais. "A Maçonaria honra igualmente o trabalho intelectual e o trabalho manual", conforme estipulava a Constituição maçônica de 1926.

Segundo o site Maçonaria, dentre os requisitos para se ser maçom, exige-se além dos formais condições morais e intelectuais, bem como se exercer uma profissão honesta que assegure meios de subsistência. É verdade que a exigência de se possuir a instrução necessária para compreender os fins da Ordem exclui, desde logo, os analfabetos e grande parte das massas populares (em Portugal, entenda-se). E é verdade também que a maioria dos maçons proveio e continua a provir dos grupos burgueses.

Mas isso se deve apenas às condições históricas em que todas as sociedades têm vivido nos últimos 200 anos. À medida que as classes trabalhadoras vão atingindo mais elevado nível social e cultural, assim o número de maçons delas oriundo tende a aumentar paralelamente. Em Maçonarias de países como a Grã-Bretanha, a França ou a Holanda, o caráter aclassista da Ordem Maçônica nota-se com muito maior intensidade do que em Portugal ou na Espanha⁷.

1.1 O que é Maçonaria?

A Maçonaria tem recebido várias definições no decorrer dos tempos. Nesse sentido, de acordo com os rituais da Grande Loja Maçônica do Distrito Federal (IMAGEM 1) a Ordem Maçônica é: "[...] uma associação de homens sábios e virtuosos, que se consideram Irmãos entre si e cujo fim é viver em perfeita igualdade, intimamente unidos por laços de recíproca estima, confiança e amizade, estimulando-se uns aos outros, na prática das virtudes"⁸.

E afirma também a Grande Loja do Distrito Federal ser "um sistema de Moral, velado por alegorias e ilustrado por símbolos".

⁷ FIGUEIREDO, Luis. *O que é a maçonaria?* Disponível em: <http://www.maconaria.net/whatis.shtml>, Acesso em 2 jan. 2008.

⁸ GRANDE LOJA MAÇÔNICA DO DISTRITO FEDERAL, Ritual, 2007.

1.2 Origem

A origem da maçonaria remonta ao século XVI e aponta ligações com a religião, a política e o trabalho. Vidal⁹ descreve cinco grandes teorias existentes para a explicação do surgimento da maçonaria: 1) a *teoria megalítica*¹⁰ sugere que a existência das reuniões maçônicas já podiam ser evidenciada por volta dos anos 7100 a.C. e refere-se aos maçons como sabedores de astronomia e esoterismo; 2) a *teoria egípcia*¹¹ aponta que a origem está no Egito Antigo, envolvendo conhecimentos de manufatura e esoterismo; 3) a *teoria iniciática*¹² descreve a maçonaria como uma sociedade ritualística, de cultos pagãos e esotéricos; 4) a *teoria templária*¹³ vincula a maçonaria aos cavaleiros da ordem militar que, mesmo após ter sido desfeita, continuou a ser difundida pelos chamados templários; e 5) a *teoria medieval*, a qual afirma que os maçons eram pedreiros e reuniam-se em ‘lojas’ em razão do ofício que exerciam. Nesse sentido, Vidal apresenta, dentro da teoria medieval, o exemplo de pedreiros:

Na Inglaterra, por exemplo, os pedreiros se agrupavam em grêmios que resguardavam zelosamente os saberes do seu ofício, ensinavam sua arte apenas para pessoas escolhidas e se reuniam para descansar em cabanas, que acabaram recebendo o nome de ‘loja maçônica’. Até onde sabemos, esses agrupamentos de caráter trabalhista – um dos seus objetivos era burlar os regulamentos (*Old Charges*) que fixavam lucros máximos pelo trabalho de construção – estavam também submetidos a uma regulamentação moral, muito similar, por certo, àquela que vigorava em outros grêmios medievais¹⁴.

Considerando essa última teoria, foi na transmissão entre a Idade Média e a Moderna que a maçonaria adquiriu caráter social, moral e político, aceitando pessoas qualificadas social e culturalmente, mas que não eram obrigatoriamente pedreiros e

⁹ VIDAL, César. Os maçons - a sociedade secreta mais influente da história. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006

¹⁰ “De acordo com essa teoria, portanto, o saber maçônico remontaria à pré-história e foi conservado no seio das associações de sábios astrônomos, que, antes do Dilúvio Universal, o teriam levado para o Oriente, onde esta peculiar explicação das origens da maçonaria situa duas teorias que, como pode-se ver, são mais antigas. Fala-se daquelas que ligam o nascimento da maçonaria à construção do Templo de Salomão e aos cavaleiros templários, separados por nada menos que dois mil e duzentos anos” (Vidal, 2006, p. 14).

¹¹ Para Vidal (2006, p. 16), “[...] essa teoria é de enorme interesse para o historiador, não porque mostre as verdadeiras raízes da maçonaria, mas porque aponta para a origem que a maçonaria, historicamente, afirma possuir. Tratar-se-ia de uma origem esotérica, ligada aos cultos iniciáticos e ocultistas, assentados no seio do paganismo, e impregnada de interpretações espirituais que se chocam frontalmente com a mensagem contida na Bíblia”.

¹² Segundo Vidal (2006, p. 17), “Esta origem ocultista explicaria, sempre segundo o maçom Paine, o fato de que “os maçons, para se protegerem da Igreja cristã, sempre tenham falado de modo místico”. Seu caráter de religião pagã solar era “seu segredo, especialmente nos países católicos”. “Paine cita as simbologias das distintas lojas maçônicas, trechos das cerimônias de iniciação da maçonaria e, inclusive, seu calendário...”.

¹³ Ainda segundo Vidal (2006, p. 19), “De acordo com a mesma, a sabedoria ocultista expressa na construção do Templo do rei Salomão teria sido descoberta no século XII pelos cavaleiros templários. A ordem dos templários teria sido dissolvida por decisão papal em um episódio no qual a maçonaria veria a luta milenar entre a Luz e as trevas; mas sua sabedoria não teria desaparecido com a ordem: alguns templários teriam conservado esses conhecimentos iniciáticos – especialmente aqueles que emigraram para a Escócia em busca de refúgio - formando, com o passar dos séculos, a maçonaria”.

¹⁴ VIDAL, César. Os maçons - a sociedade secreta mais influente da história. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

construtores^{15, 16}. Esse fato possibilitou que a maçonaria participasse de movimentos de cunho social e cultural, no sentido de garantir os direitos humanos. Foi assim que em 1717 nasceu oficialmente a Primeira Grande Loja (IMAGEM 2), sendo que no dia 24 de junho, como fora marcado, as quatro Lojas reuniram-se e criaram *The Premier Grand Lodge* (a Primeira Grande Loja), em Londres...”¹⁷.

Por outro lado, aquela Grande Loja pode ser considerada um marco na história da maçonaria, pois cria uma hierarquia que foi entendida como necessária e aponta um novo caminho para a sociedade maçônica, especialmente a partir da criação das primeiras Constituições maçônicas¹⁸.

1.3 A Participação na Europa e na América

A partir de então a maçonaria passa a ser disseminada pela Europa e deixa de ser composta somente por artesãos e pedreiros, mas também pelos nobres. Na Rússia, a maçonaria foi percebida como relevante politicamente por Catarina II, a qual passou a apoiar e valorizar os maçons, tendo sido posteriormente apoiada por eles em sua ascensão ao trono¹⁹. A Holanda reagiu diferente, por medo do domínio que as lojas maçônicas poderiam ter em detrimento à hegemonia do cristianismo²⁰.

A França foi influenciada pela maçonaria à medida que a Revolução que patrocinou teve grande participação dos maçons à época e, com a figura de Napoleão Bonaparte, a maçonaria desempenhou papel ativo na política francesa após a Revolução.

A relação da Revolução Francesa com a maçonaria merece destaque, pois exerceu um papel muito importante, gerando grande influência cultural, política e social nos países mais desenvolvidos da Europa. A Revolução Francesa é o marco das revoluções ocorridas com a participação da maçonaria. A tríplice divisa “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” que hoje é adotada pela maçonaria, tem sua origem com a frase que se usava na Revolução

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ CASTELLANI, José. A ação secreta da maçonaria na política mundial. 2. ed., São Paulo: Landmark, 2007.

¹⁷ CASTELLANI, José. A ação secreta da maçonaria na política mundial. 2. ed., São Paulo: Landmark, 2007.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

Francesa “*Liberté, Égalité ou la Mort*” (Liberdade, Igualdade ou a Morte). O lema oficial depois seria *Liberté, Égalité, Fraternité* (Liberdade, Igualdade, Fraternidade) [...]”²¹.

Para Castellani²², na Itália há semelhança no sentido revolucionário advindo da revolução francesa e do incentivo dado pelos maçons a esse sentimento de liberdade. A idéia de proclamar a república italiana, dificultada com a tomada por Napoleão III, seguida das invasões austríacas e dos Bourbons, findou na unificação do país. Uma questão principal que emergiu na Itália refere-se à inserção de maçons no alto clero, que poderia ser considerada uma afronta à Igreja e poderia facilitar uma derrubada.

Na Espanha, a maçonaria teve início com soldados espanhóis iniciados na França, mas a presença marcante da maçonaria ocorreu por ocasião da Revolução Francesa e do interesse de Napoleão em invadir as terras espanholas. Nesse sentido, as lojas maçônicas fundadas tinham como objetivo propagar o pensamento napoleônico e parece ter sido o único país europeu no qual a maçonaria subserviu de tal modo às doutrinas políticas, que os revolucionários não eram os maçons, mas todos anti-maçônicos²³.

Ainda segundo Castellani, o envolvimento da maçonaria na política foi muito mais presente nas Américas que na Europa, especialmente pelo fato de muitos países americanos serem colônias e buscarem emancipação²⁴. Fato corroborado ao se perceber que a maçonaria esteve presente em vários movimentos pró-independência na América, inclusive nos Estados Unidos da América.

Nos Estados Unidos da América, a maçonaria ajudou na independência do país, inclusive com apoio francês. Ainda hoje o papel da maçonaria é forte na América do Norte, especialmente nos Estados Unidos²⁵. Com relação à América Central e do Sul, a participação maçônica na política também girou em torno das independências dos países. O apoio requerido era no sentido da França, Inglaterra e Estados Unidos ajudarem as colônias da América a se emanciparem. Com esse propósito principal, surgiu a primeira loja maçônica na Argentina, tendo sido criada também em outros países posteriormente.

²¹ Idem.

²² CASTELLANI, José. A ação secreta da maçonaria na política mundial. 2. ed., São Paulo: Landmark, 2007.

²³ VIDAL, César. Os maçons - a sociedade secreta mais influente da história. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Idem.

Iniciado então na Argentina, esse processo revolucionário estendeu-se às outras colônias, com alguns personagens em comum, que viajavam pela América auxiliando outros Irmãos que estavam na mesma luta. Assim, a Bolívia, o Chile, o Peru, a Venezuela, a Colômbia, o Equador e o Panamá foram palcos de ações da maçonaria no sentido de libertá-los da soberania espanhola. A loja difundida foi a “*Lautaro*” que circulou secretamente por cada país com esse objetivo. No Brasil, como se verá adiante, a Proclamação da Independência também foi marcada por personagens e atos maçônicos²⁶.

²⁶ VIDAL, César. Os maçons - a sociedade secreta mais influente da história. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

2 A MAÇONARIA NO BRASIL

“A independência do Brasil era a meta específica dos fundadores do Grande Oriente e logo todos eles dedicaram-se a consegui-la, embora o processo emancipador, nos meios maçônicos já tivesse sido iniciado antes de 17 de junho de 1822”.

José Castellani

A Maçonaria no Brasil tem sua história relacionada com os grandes momentos em que o país atravessou ao longo do Império e República. A leitura dos diversos autores pesquisados mostra que a maçonaria sempre esteve presente nos acontecimentos políticos, demonstrando uma participação efetiva.

Reforçando esta correlação entre o vanguardismo político e a maçonaria no Brasil, basta ver que os primeiros pensamentos revoltosos contra a metrópole surgiram da permanência de estudantes brasileiros na França.

Para tanto, tem-se que a cidade de Montpellier, localizada no sul da França, foi muito procurada por estudantes estrangeiros, já que a sua Universidade sempre foi importante centro de estudos. Lá, a Faculdade de Medicina destacou-se na preferência dos brasileiros, conforme relato do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Quinze brasileiros estudaram em Montpellier, entre 1767 e 1793. Entre esses, Manuel de Arruda Câmara, fundador do Areópago do Itambé, José Joaquim Maia e Barbalho, José Álvares Maciel e Domingos Vidal Barbosa. O primeiro foi o precursor da Conjuração Mineira, o segundo, o incentivador, e o terceiro, um ativista secundário²⁷.

Nesta perspectiva, observa-se que a maçonaria esteve, ainda que de forma oculta, sempre presente nos fatos histórico-políticos da época, pois, no ano de 1802, o capitão-mor de Olinda, Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, fundou na cidade do Cabo (província de Pernambuco), no Engenho de Suassuna, de sua propriedade, a Academia de Suassuna. E no Recife, foi instalada pelo padre João Ribeiro Pessoa, a Academia do Paraíso, tendo como secretário, o monsenhor Muniz Tavares, associações estas que em verdade eram políticas e secretas, fundadas sob os preceitos maçônicos nas quais eram ensinadas as novas doutrinas

²⁷ História da Maçonaria Brasileira. Disponível em: http://www.glojars.org.br/institucional/historia_brasileira.htm. Acesso em 03 jan. 2008.

republicana oriundas da turbulenta e revolucionária França do século XVIII, com seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Um fato histórico que reforça a importância da maçonaria no Brasil no início do século XIX é a inusitada resposta do então Príncipe Regente D. João ao receber uma lista dos maçons que deveriam ser presos, dizendo, diante do tamanho da lista, que “foram estes que me salvaram”²⁸.

Outro exemplo da importância da maçonaria no Brasil é observada quando da partida da família real para Portugal deixando no Brasil um príncipe regente cercado de maçons, que constituíam à época a elite econômica e pensante do país. O príncipe fora aprovado em assembléia maçônica, sendo iniciado em agosto de 1822 e recebido o nome simbólico de Guatimozin e em poucos dias fora aprovado para o grau de Mestre Maçom da loja “Comércio e Artes”²⁹.

2.1 As Primeiras Reuniões

O ideal humano sempre voltado para as finalidades filantrópicas e humanitárias, levou essa instituição a se qualificar para servir de testemunho como uma entidade voltada para os interesses da humanidade. Ideal que esteve sempre presente nos movimentos libertários mais importantes do século XVIII e início do século XIX.

É de se observar que no final do século XVIII o Brasil possuía agrupamentos secretos, com características maçônicas, funcionando como clubes, ou mesmo academias, e que na realidade não eram lojas maçônicas, mas tinha a participação de lideranças maçônicas. É o caso, por exemplo, do famoso “Areópago de Itambé”, localizado entre os estados de Pernambuco e Paraíba, fundado em 1796, por Manuel de Arruda Câmara, ex-frade carmelita e médico pela Faculdade de Montpellier, na França.

À ocasião teve-se também a “Academia de Suassuna”, em 1802. Nesse sentido, há quem diga, sem mostrar onde e quando, existiram outras lojas antes do final do século XVIII, porém é descabido de provas, razão por que se deixa de mencionar.

²⁸ Breve Resumo Histórico da Maçonaria no Brasil. Disponível em: <http://www.mercuri.com.br/gm-historicodamaconaria.html> Acesso em 03 jan. 2008.

²⁹ Ibidem.

O embasamento histórico prende-se ao fato de que o primeiro templo maçônico do mundo, o da Grande Loja de Londres, só apareceu em 1776, portanto, não faz sentido ou é pouco provável assegurar que no Brasil, já antes de 1800, existissem templos maçônicos. O que a historiografia nos mostra é que a primeira loja brasileira de que se tem conhecimento surgiu na Bahia, em 17 de julho de 1797, na Fragata Francesa La Preneuse, cujo nome foi dado de “Cavaleiro da Luz” e foi fundada pelo comandante Larcher, José Borges de Barros e o Tenente Hermógenes Aguiar Pantoja³⁰.

Segundo consta, dá-se o destaque para a primeira Loja Maçônica regular do Brasil, a que se denominou “Reunião”, fundada em 1801, no Rio de Janeiro, que tinha fins puramente político-sociais³¹, a qual era filiada ao Oriente da Ilha da França. Dois anos mais tarde, o Grande Oriente Lusitano, ou seja, de Portugal, desejando propagar no Brasil a verdadeira doutrina maçônica, nomeou três delegados com poderes para criar mais lojas no Rio de Janeiro, então surgiram as lojas “Constância” e “Filantropia”. Estas, na realidade, foram as primeiras Lojas que foram fundadas puramente com finalidades políticas e que tiveram uma extraordinária participação na independência do Brasil, principalmente pela grande atuação de seus membros, pois os mesmos eram todos envolvidos com os acontecimentos políticos da época.

Em seguida, no ano de 1813, os maçons ativos nas duas lojas existentes na Bahia resolveram fundar uma terceira, para viabilizar legalmente a criação da primeira federação maçônica no Brasil. No mesmo ano, instalaram em Salvador, o Grande Oriente Brasileiro, sendo proclamado Grão-Mestre, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, desde então nota-se que o crescimento da maçonaria no Brasil se dá de forma contínua³².

2.2 As Adversidades de Instalação no País

Posteriormente, foram fundadas lojas em várias províncias, destacando as das províncias da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro, sob os auspícios do Grande Oriente Lusitano e do Grande Oriente da França. Destaca-se também a Loja “Virtude e Razão”,

³⁰ CARVALHO, Assis. Itambé - Berço Heróico da Maçonaria no Brasil. edição. Londrina-PR: Editora Maçônica “A Trolha” Ltda, 1996.

³¹ COSTA, Frederico Guilherme. História da Maçonaria Brasileira. Londrina-PR: Editora “A Trolha”, 1993.

³² História da Maçonaria Brasileira. Disponível em: http://www.glojars.org.br/institucional/historia_brasileira.htm Acesso em 03 jan. 2008.

fundada em 1802, na Bahia e que foi fechada em função de perseguição das autoridades daquela província, principalmente sob o governo do Conde dos Arcos. A partir dos anos subseqüentes, vieram outras lojas, das quais citam-se o ano de fundação e outros acontecimentos relacionados a seguir:

- § 1804: Fundação das Lojas “Constância” e “Filantropia”;
- § 1806: Fechamento, pela ação do Conde dos Arcos, das Lojas “Constância” e “Filantropia”;
- § 1807: Criação da Loja “Virtude e Razão Restaurada”, sucessora da “Virtude e Razão”;
- § 1809: Fundação, em Pernambuco, da Loja “Regeneração”;
- § 1812: Fundação da Loja “Distintiva”, em São Gonçalo da Praia Grande (Niterói);
- § 1813: Instalação, na Bahia, da Loja “União”;
- § 1813: Fundação de uma Obediência efêmera e sem suporte legal. Neste caso específico alguns consideram como o primeiro Grande Oriente Brasileiro – constituída por três Lojas da Bahia e uma do Rio de Janeiro;
- § 1815: Fundação, no Rio de Janeiro, da Loja “Comércio e Artes”;
- § 1818: Expedição do Alvará de 30 de março, proibindo o funcionamento das sociedades secretas, o que provocou a suspensão – pelo menos aparentemente, dos trabalhos maçônicos em todas as províncias.
- § 1821: Reinstalação da Loja “Comércio e Artes”, no Rio de Janeiro;
- § 1822: Em 17 de junho: fundação do Grande Oriente do Brasil.

Em Pernambuco, a maçonaria também se apresentava bastante pujante, contando, em 1816, com lojas muito prósperas como a “Restauração”, a “Patriotismo”, a “Guatimozin” – que seria a precursora, por mudança de título, em 1821, da Loja “6 de março de 1817”, em homenagem à Revolução Pernambucana.

Dentro do período histórico proposto nesta pesquisa, isto é, de 1817 a 1822, não se poderia deixar de enfatizar um fato registrado nos anais da instituição, no ano de 1815, que foi a fundação da loja maçônica “Comércio e Artes”, na rua da Pedreira da Glória, na casa do Dr. Vahia. A história registra que fora nesta loja que começou o verdadeiro pivô da história da Independência do Brasil.

Porém, esta mesma loja viria a ser proibida de funcionar, assim como todas as outras lojas e entidades que funcionassem secretamente, em virtude da expedição do Alvará datado de 30 de março de 1818, que suspendia todos os seus trabalhos. A partir daí, essas instituições passaram a ser perseguidas e fechadas pela polícia imperial, pois as mesmas haviam passado a funcionar mais secretamente ainda. Em virtude desses fatos esta loja deixou de funcionar regularmente. Porém, foi novamente instalada em 24 de junho de 1821, ainda, na casa do Capitão de Mar e Guerra José Domingues de Ataíde Moncorvo. Residência que ficava à Rua do Fogo esquina com a Rua das Violas, no Rio de Janeiro. Desde então esta Loja começou a funcionar normalmente.

A esta sociedade secreta se reuniu a maioria dos homens importantes da Corte (Rio de Janeiro) e Província do Rio de Janeiro, a ponto do seu número de membros ser tão grande que, no começo de 1822, foi necessário fazer uma divisão, criando assim, mais duas lojas eminentemente políticas, intituladas “União e Tranquilidade” e “Esperança de Niterói”. Após a criação dessas lojas, e mais a “Comércio e Artes” foram constituídas as três mais importantes lojas do Rio de Janeiro, que originaram então o Grande Oriente do Brasil.

A partir daí, os principais nomes que integravam a maçonaria no Brasil levaram para suas lojas a mesma tendência política que discutiam nas reuniões da primeira loja, ou seja, “Comércio e Artes”. José Castellani³³ diz, “sem medo de errar, que não se pode escrever a história do Brasil independente, sem entrar na História do Grande Oriente do Brasil”.

O percurso da história da maçonaria naquele período é marcado por inúmeras conturbações que vieram a deixá-las em situação de defesa. No princípio do século XIX reuniam-se secretamente, camuflada em instituições de ensino e estudos culturais e sociais.

Os participantes destas entidades que se reuniam secretamente eram personagens de importância relevante da Corte do Rio de Janeiro e das províncias de São Paulo, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Aos membros dessas lojas somavam-se outros que vinham da Europa, principalmente de Portugal, além dos que iam estudar naquele continente, quando retornavam, quase sempre na condição de iniciados, eram convidados pelos que já participavam dessas instituições, para fazer parte do grupo maçônico³⁴.

³³ CASTELLANI, José. A ação secreta da maçonaria na política mundial. 2. ed., São Paulo: Landmark, 2007.

³⁴ FERREIRA, Tito Lívio & FERREIRA, Manoel Rodrigues. A maçonaria na independência brasileira II, 2. ed., Editora Gráfica Biblos Ltda, 1962.

2.3 O Fechamento das Instituições Secretas

Segundo Carvalho³⁵, o "Abalo sísmico" que foi a Revolução Pernambucana desestruturou os alicerces do trono. Dom João VI sentiu o peso da revolta dos brasileiros e tentou, através de seu Ministro, Tomaz Antonio de Vila Nova Portugal, barrar os passos da Maçonaria em terras Brasileiras. Em 30 de março de 1818, ele assina o Alvará, que estabelecia:

[...] sou servido declarar por criminosas e proibidas, todas e quaisquer sociedades secretas, de qualquer denominação que elas sejam, ou com os nomes e formas já conhecidas ou debaixo de qualquer nome ou forma que de novo disponha ou imagine; pois que todas e quaisquer, deverão ser consideradas, de agora em diante, como feitas para conselho e Confederação contra a Lei e o Estado (ANEXO II).

A revolução de 1817 levou o Rei a considerar a maçonaria como crime de lesa-pátria, sendo, portanto, tais crimes, punidos com a pena de morte. Isto é, os maçons estavam enquadrados naquele Alvará (ANEXO II), como criminosos, sujeitos a pena de morte. Com base nesse Alvará, a Loja "Comércio e Artes", do Rio de Janeiro, fundada em 15 de novembro de 1815 abateu suas Colunas³⁶.

Essa loja, tem para os maçons, uma grande importância pois seus membros permaneceram unidos, mesmo sem ela funcionar normalmente, reabrindo suas portas, quando se amainava o "Vendaval Pernambucano". Eram seus Membros Fundadores: Antônio Marques de Correia de Aguiar; Francisco Mendes Ribeiro; José Cardozo Neto; José Inácio Albernaz; Joaquim Ferreira Junior; Felipe Contuxa; André Avelino, Custódio Peixoto Soares e Antonio José Lança.

Em 24 de junho de 1821, ela foi reinstalada, na residência do Capitão de Mar e Guerra - José Domingos Athayde Moncorvo - com um novo título distintivo: loja "Comércio e Artes na Idade do Ouro". Como já dissemos, ela serviu de base para a fundação do Grande Oriente Brasileiro, em 17 de junho de 1822. Quatro meses depois, ela subdividiu-se em três lojas. Ela, próprio, "Esperança de Niterói", "União e Tranqüilidade". Essas três Lojas ainda se mantêm em plena atividade³⁷.

³⁵ CARVALHO, Assis. Itambé - Berço Heróico da Maçonaria no Brasil. Editora Maçônica "A TROLHA", Londrina, 1996.

³⁶ CARVALHO, Assis. Itambé - Berço Heróico da Maçonaria no Brasil. Editora Maçônica "A TROLHA", Londrina, 1996.

³⁷ Idem.

Mas os sacrifícios dos Irmãos revolucionários da “Revolução Pernambucana”, não haviam sido em vão. Os idealistas (mas não revolucionários) maçons do Rio de Janeiro, que viviam à sombra da Corte, como velhos e bons cortesãos - José Bonifácio de Andrada e Silva; Joaquim Gonçalves Lêdo, José Clemente Pereira; Major Manoel dos Santos Portugal, Major Albino dos Santos Pereira; Major Pedra José da Costa Barros; Frei Sampaio; cônego Januário da Cunha Barbosa; o Padre Belchior Pinheiro de Oliveira e o próprio Dom Pedro I, fizeram a Independência do Brasil. Mas uma independência pré-fabricada para acalmar os ânimos dos brasileiros - um tanto quanto exaltados. O sete de setembro, assim como o nove, do mesmo setembro - o primeiro às margens do riacho Ipiranga, nas periferias de São Paulo e o segundo dentro do Grande Oriente Brasileiro - foram apenas paliativos, para acomodar os maçons mais ativos, como os citados acima, e alguns profanos descontentes.

2.4 As Divergências Ideológicas e Políticas

Internamente, a maçonaria era na época composta por duas correntes, a “vermelha” e a “azul”. A loja Comércio e Artes crescia bastante em número de membros, portanto, merecendo ser transformada em três lojas, e assim foi feito³⁸.

Vale dizer que naquela época as instituições que se reuniam secretamente eram muito perseguidas e, em razão disso as suas diretorias foram formadas através de critérios rígidos, de forma que os nomes de projeção não deviam figurar no primeiro escalão de diretoria das lojas, com uma razão simples: não atrair para as “lojas” as vistas das autoridades contrárias ao funcionamento dessas instituições³⁹.

A questão da independência do Brasil vinha sendo tratada com mais fervor desde a revolução pernambucana de 1817 e logo a seguir com a revolução do Porto de 1820, em Lisboa. Com a queda da monarquia absolutista em 24 de agosto de 1820 em Portugal, completada no Brasil em 26 de fevereiro de 1821, caiu a monarquia absolutista, foram implantadas reformas políticas, sociais e econômicas e por isso podemos considerar realmente como uma autêntica revolução liberal em Portugal com reflexos nas províncias do Brasil.

³⁸ FERREIRA, Tito Lívio; FERREIRA, Manoel Rodrigues. A maçonaria na independência brasileira, 2. ed., Vol. II, s/lugar : Editora Gráfica Biblos Ltda, 1962.

³⁹ Ibidem.

Nesse novo regime ora inaugurado, surge uma dificuldade que era como o governo da grande nação portuguesa administraria dois reinos, o do Brasil e o de Portugal. É nesse ponto que entra em ação as forças maçônicas antagônicas. Elas eram de forças políticas opostas: a “Vermelha” defendendo o seu ponto de vista republicano e a “Azul” defendendo o seu ponto de vista monárquico constitucional e parlamentar. Cada uma delas querendo que sua forma de governo se sobressaísse, regendo a sua filosofia e a sua teoria política a ser desenvolvida.

Naquele instante, as Cortes de Lisboa estavam dominadas pela maçonaria “Vermelha”, em perfeita consonância com a maçonaria “Vermelha” do Brasil, que pretendiam retirar do Brasil o príncipe regente D. Pedro de Alcântara, para assim anular mais um elemento da Casa de Bragança, do outro lado do Atlântico, embora o pretexto usado para que ele retornasse foi o de conclusão dos estudos.

Com o advento dos decretos nºs 124 e 125⁴⁰, que objetivavam resolver o problema, favorecendo a maçonaria “Vermelha” no Brasil, entregava também as províncias do Brasil à maçonaria “Vermelha”, que organizaria o seu governo⁴¹. É que a pretensa sujeição às Cortes Portuguesas teria mais ainda o objetivo de garantir as províncias nas mãos dos republicanos, e que cada província passaria a constituir um Estado republicano independente.

A chegada dos citados decretos ao Rio de Janeiro, puseram em ação imediatamente a maçonaria “Azul” que se organizou em torno de D. Pedro, de forma que o mesmo ficou fortalecido e em condições de agir com mais segurança e determinação.

A maçonaria “Vermelha” esperava que os decretos fossem executados e cumpridos imediatamente, porém diante da reação da maçonaria “Azul” e da opinião monarquista do povo, favorável a D. Pedro, a maçonaria “Vermelha” recuou e omitiu-se, resistindo passivamente. No entanto, pouco tempo depois começou a instigar os motins em todo o Rio de Janeiro⁴².

Quando D. Pedro resolveu ficar e ordenou que o Decreto nº 124 não fosse cumprido, ele declarou-se em estado de rebelião contra as Cortes de Lisboa. Com apoio

⁴⁰ Decretos de 29 de setembro de 1821, originários das cortes de Lisboa, o primeiro reorganizando os governos das províncias e o segundo exigindo o imediato retorno do príncipe regente a Portugal.

⁴¹ FERREIRA, Tito Lívio; FERREIRA, Manoel Rodrigues. A maçonaria na independência brasileira, 2. ed., Vol. II, s/lugar : Editora Gráfica Biblos Ltda, 1962.

⁴² Ibidem.

explícito de José Bonifácio e da Maçonaria “Azul”, ele organiza um governo forte, tendo respaldo principalmente da província de São Paulo que era predominantemente “Azul”⁴³.

Com esta nova situação teria ele de tomar algumas medidas, e a primeira delas foi reunir novamente as províncias do Brasil, pois era inegável o caos existente. Havia províncias que já tinham se declarado independente, como foi o caso da de Minas Gerais, porém algumas províncias do Norte ainda eram dominadas pela maçonaria “Vermelha” e prestavam obediência às Cortes de Lisboa. Na província do Rio de Janeiro, o Senado da Câmara Municipal estava nas mãos de maçons pertencentes à maçonaria “Vermelha”, como por exemplo, José Clemente e Gonçalves Ledo. Nessa oportunidade, somente São Paulo dava apoio irrestrito e integralmente a um governo forte na figura do príncipe regente D. Pedro que se instalara com apoio de José Bonifácio, que era da corrente da maçonaria “Azul”.

Em virtude do caos em que as Cortes de Lisboa lançaram o Brasil, D. Pedro e José Bonifácio tiveram de patrocinar novamente a idéia de um país unido e organizado político e socialmente. E assim foi feito, com José Bonifácio e D. Pedro I começaram a percorrer as províncias no sentido de buscar adesão ao governo implantado em terras brasileiras⁴⁴.

Cabe esclarecer que nesse período de dezembro de 1821 a janeiro de 1822, quando as forças divergentes da maçonaria mais se enfrentaram, poderiam ter ocorrido conflitos sangrentos, como aconteceu em outros países. Por exemplo, na Revolução Francesa e na América Espanhola a questão era resolvida de modo mais radical, ou seja, em situações de extrema violência como a guilhotina e pelotões de execução. No Brasil nada disso aconteceu. Pois mesmo se enfrentando com objetivos opostos, deram demonstração de coragem, civismo e de humanidade como poucos já o fizeram. Ressalta-se que nem um lado nem outro quiseram percorrer por esta trilha de conduta que viesse ao extremo.

Observa-se que a maçonaria “Vermelha” poderia fazer com que chegassem inúmeras tropas estrangeiras para combater a maçonaria “Azul” e vencer a batalha de forma radical utilizando-se a força, mas para isso derramariam muito sangue patriota. Por isso, não permitiu que nenhum soldado estrangeiro viesse ao Brasil com essa finalidade.

⁴³ SILVA NETO, Casimiro Pedro da. A Construção da Democracia – Síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados das Assembléias Nacionais Constituintes e do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, Brasília, 2003.

Ainda segundo os autores, quando os Irmãos maçons precisavam enfrentar-se, deixavam as armas caírem de suas mãos e desistiam abandonando seus maiores desejos, permitindo-se que a decisão fosse a que mais contemplasse o desejo geral. Não se tem conhecimento de batalha em que as forças da maçonaria brasileira utilizassem meios extremos no sentido de atacar a outra corrente⁴⁵.

A luta desses abnegados homens, tanto da maçonaria “Vermelha”, quanto da “Azul”, era de panfletos, de propaganda, de tablóides, de intriga, e de bastidores. Era comum naquele tempo surgirem pela manhã panfletos jogados e distribuídos pelas ruas da cidade, bem como muros pichados, com alusão aos membros da outra facção. Nesta época foram criados vários jornais com intuito de divulgarem manifestações de membros de cada lado.

Destarte, as Cortes de Lisboa sentiram-se frustradas. Havia perdido uma batalha ideológica importante. O Brasil era “Azul”. Portugal era todo-poderoso com a maçonaria “Vermelha” e D. João VI seu prisioneiro. No Brasil, era exatamente o contrário, D. Pedro com o apoio da maçonaria “Azul” era o todo-poderoso naquele instante.

A relutância das Cortes de Lisboa em aceitar o Brasil dessa forma no meio da Nação Portuguesa, inegavelmente era o início da separação dos Reinos. As Cortes desejavam isso e a maçonaria “Vermelha” continuava a insistir, embora isoladamente, pois queria a república. A maçonaria “Azul”, de origem inglesa, era vista por ela como um perigo à segurança da Nação Portuguesa que era toda dominada pela maçonaria “Vermelha”, esta oriunda da França.

Estava mais uma vez aberta a luta de duas facções maçônicas. Porém o Brasil colocava à mesa de negociação um acordo, até porque não pretendia deixar de pertencer à Nação Portuguesa. Vale lembrar que esse acordo era nas bases elaboradas por José Bonifácio nas suas “Instruções” aos deputados paulistas, no dia 09 de outubro de 1821.

De acordo com Casimiro Neto⁴⁶, em 5 de outubro de 1821, o Príncipe Regente à época, D. Pedro de Alcântara, expediu sua Proclamação aos povos do Brasil. Nesse sentido, “sobre as tendências do povo á independência do Brasil. Torna pública sua fidelidade á

⁴⁴ FERREIRA, Tito Lívio; FERREIRA, Manoel Rodrigues. A maçonaria na independência brasileira, 2. ed., Vol. II, s/lugar : Editora Gráfica Biblos Ltda, 1962.

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ SILVA NETO, Casimiro Pedro da. A Construção da Democracia – Síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados da Assembléias Nacionais Constituintes e do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, Brasília, 2003.

religião, ao Rei D. João VI e à Constituição Portuguesa, estando pronto a morrer por estas e declarando guerra aos anticonstitucionais e aos perturbadores do sossego público”.

A volta do Príncipe Regente D. Pedro de Alcântara era fortemente exigida pelas Cortes Portuguesas. Em função do alto prestígio que o Príncipe possuía, surgiu a grande dúvida se ficava no Brasil ou se obedecia às ordens vindas de Portugal. Nesse período chega ao Rio de Janeiro o navio de guerra “Infante D. Sebastião”, que tinha a missão de levá-lo a Portugal.

2.5 A Influência de Maçons na Independência

Merecem ser citados alguns dos principais nomes de figuras maçônicas que compuseram as direções das três lojas mais importantes, criadas da divisão das correntes Azul e Vermelha, e mais alguns membros que também surgiram como sendo peças importantes na luta pela Independência do Brasil.

Na “Loja Comércio e Artes” a sua diretoria foi assim composta: Venerável, Manoel dos Santos Portugal; Primeiro Vigilante, Thomaz José Tinoco de Almeida; Segundo Vigilante, Domingos Ribeiro Guimarães Peixoto; Orador frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio; Secretário, Domingos Alves Branco Muniz Barreto e Tesoureiro, Antônio José de Sousa. O cônego Januário da Cunha Barbosa e o capitão João Mendes Viana, ficaram nesta Loja.

Na “Loja Esperança de Niterói”, a sua primeira diretoria foi assim composta: Venerável, Pedro José da Costa Barros; Primeiro Vigilante, José Joaquim de Gouveia; Segundo Vigilante, José Maria da Silva Bittencourt; Orador José José Vahia; Secretário, João Antônio Maduro e Tesoureiro, João da Silva Lomba; José Bonifácio de Andrada e Silva e Francisco das Chagas Ribeiro ficaram filiados nesta Loja.

Na loja “União e Tranquilidade”, a sua primeira diretoria foi assim composta: Venerável, Albino dos Santos Pereira; Primeiro Vigilante, José Joaquim de Gouveia; Segundo Vigilante, Joaquim Valério Tavares; Orador, José Clemente Pereira (IMAGEM 5.1); Secretário, José Domingos de Athayde Moncorvo e Tesoureiro, José Cardoso Netto. Nesta loja filiou-se Joaquim Gonçalves Lêdo.

A primeira diretoria da Alta Administração do Grande Oriente do Brasil ficou constituída por integrantes das três lojas:

- § Grão-Mestre: José Bonifácio de Andrada e Silva (Pitágoras);
- § Delegado do Grão-Mestre: marechal Joaquim de Oliveira Alvarez;
- § Primeiro Grande Vigilante: Joaquim Gonçalves Lêdo (Diderot);
- § Segundo Grande Vigilante: capitão João Mendes Viana (Graccho);
- § Grande Orador: cônego Januário da Cunha Barbosa (Kant);
- § Grande Secretário: capitão Manoel José de Oliveira (Bolívar);
- § Grande Chanceler: Francisco das Chagas Ribeiro (Adamastor);
- § Promotor Fiscal: coronel Francisco Luiz Pereira da Nóbrega;
- § Grande Cobridor: João da Rocha;
- § Grande Experto: Joaquim José de Carvalho.

2.5.1 Manuel de Arruda Câmara

Na história da Revolução Pernambucana tem que se dar destaque a personagens que tiveram participação de grande destaque e entre eles podemos citar Manuel de Arruda Câmara (IMAGEM 3).

Nascido em Pombal, Paraíba, no ano de 1752, Manuel de Arruda Câmara era médico e naturalista, além de frade carmelita (Frei Manuel do Coração de Jesus), tendo professado, como tal, em Goiana, Pernambuco, em 1783.

Estudou em Coimbra, iniciando seus estudos em filosofia e medicina. Teve de interrompê-los por tecer comentários e fazer manifestações a favor da Revolução Francesa. Em seguida passou a estudar na França, onde concluiu seu curso de medicina, na Faculdade de Montpellier.

Manuel de Arruda Câmara defendia ideais liberais e republicanos, sendo um grande propagador, embasado no que havia convivido, aprendido e defendido na França, em seus tempos de estudos naquele país. Desde esse tempo já tinha tendência de liberdade e liberalidade. Aos 44 anos fundou o Areópago de Itambé, em 1796.

Sobre sua atuação em reuniões secretas e reservadas merece a alcunha de ser o percussor e preparador da Revolução Pernambucana de 1817, juntamente com outros

abnegados defensores de um Brasil livre da exploração portuguesa. Fato este considerado como sendo um prelúdio para a arrancada rumo à Independência do Brasil⁴⁷.

2.5.2 Domingos José Martins

Iniciado na Maçonaria em Londres, tendo como padrinhos Francisco de Miranda e Hipólito José da Costa, ambos de grande participação na maçonaria européia, o maçom Domingos José Martins, foi o grande chefe da Revolução Pernambucana de 1817. Ele defendia as tendências nacionalista e republicana.

Nascido em Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo, em 1781, Domingos José Martins foi morar em Recife, onde trabalhou como comerciante. Por ser um maçom atuante e de grande prestígio, era em sua casa no Recife ou em seu engenho no Cabo, que ocorriam as reuniões no sentido de se implantar a república em Pernambuco. Essa revolução obteve sucesso devido ao fato de ter o apoio popular.

Em 8 de março, com a instalação do governo republicano, Domingos José Martins foi escolhido para ser o representante do comércio perante o governo, tendo em vista ser o proprietário de uma firma importadora e exportadora e gozar de bastante conhecimento, tanto no Brasil quanto na Europa.

Domingos Martins foi executado na Bahia, após responder processo sumário, tendo em vista ter participado da resistência às tropas do Governador Conde dos Arcos, em 20 de maio de 1817. Juntamente com ele foram executadas mais outras 42 pessoas entre civis e militares, bem como algumas pertencentes ao clero⁴⁸.

2.5.3 Hipólito José da Costa

Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça (IMAGEM 4) foi o patriarca da imprensa brasileira e o mais autêntico dos intelectuais brasileiros da chamada “época das luzes”, além de grande vulto da independência. Nascido em 13 de agosto de 1774, na Colônia de Sacramento, no Rio da Prata (hoje Uruguai), e falecido em Kensington, a 11 de

⁴⁷ CASTELLANI, José. Os maçons na independência do Brasil. Londrina: Ed. Maçônica “A Trolha” 1993.

⁴⁸ Ibidem.

setembro de 1823, fez os cursos preparatórios no Rio de Janeiro e formou-se em Coimbra, com apenas 24 anos⁴⁹.

Em 1798 foi encarregado de importante missão nos Estados Unidos da América do Norte, para estudar questões econômicas relacionadas ao desenvolvimento material do Brasil (cultura de árvores nativas, tabaco, algodão, cana, formação de pastagens, pesca da baleia, etc.).

Conforme consta no seu “Diário de Viagem”, mandado copiar do manuscrito existente na Biblioteca de Évora, por Alceu Amoroso Lima e só publicado em 1955, desempenhou-se muito bem na missão. Foi iniciado na Maçonaria em Filadélfia (EUA) nesse período e teve bastante participação nos movimentos da época.

Foi nomeado para a Imprensa Real, em 1801, empreendendo nova viagem ao exterior, desta vez à França e à Inglaterra, sendo preso, ao regressar a Lisboa, por seu envolvimento com um grupo de maçons importantes e influentes da época.

Segundo Castellani⁵⁰, Hipólito José da Costa foi preso e penou durante três anos nos cárceres da negra inquisição portuguesa, mesmo assim, não abandonou suas idéias e nem culpou seus companheiros maçons, porém conseguiu fugir em 1805, refugiando-se em Londres, onde passou a viver como professor e tradutor.

Em março de 1808, em Londres, entrou para a “Loja Antiquity” e foi um dos fundadores da “Royal Invernes”, em 1814.

Foi secretário de Assuntos do Exterior do “Freemason's Hall” e Grão-Mestre da província de “Rutland”; estreitou relações com o general Miranda e conheceu o Conde de Sussex, filho de George III, o mais importante dos maçons.

Em 1812, percebendo o potencial e liderança comercial do senhor Domingos José Martins, entre no Brasil e nos países da Europa, apadrinhou o mesmo na maçonaria. Este seu afilhado viria a ser o chefe da Revolução Pernambucana de 1817.

⁴⁹ CASTELLANI, José. Os maçons na independência do Brasil. Londrina: Ed. Maçônica “A Trolha” 1993.

⁵⁰ Idem.

Ainda segundo Castellani⁵¹, a partir de 1808 começou a publicar o *Correio Braziliense*, ou *Armazém Literário*, cuja publicação só fora interrompida em 1823, após a independência do Brasil. Nascia aí o primeiro jornal brasileiro. Nesse mesmo ano de 1808, era fundada no Brasil a *Imprensa Oficial*. Imprensa essa que só publicava o que a monarquia desejava que se publicasse.

O *Correio Braziliense* não foi, apenas, o primeiro órgão da imprensa brasileira, ainda que publicado no exterior mas, principalmente o mais completo veículo de informação e análise da situação política e social de Portugal e do Brasil, à época com a preconização de uma verdadeira reforma de base para nosso país. Bateu-se, então, pela necessidade de construção de uma rede de estradas, também a utilização de matérias primas no fabrico de manufaturas, propiciando a formação e expansão do mercado interna, pela abolição da escravatura e pela transferência da capital para o interior e pela adoção de uma política imigratória que aproveitasse, de preferência, artesãos e técnicos⁵².

Foi nomeado Cônsul Geral do Brasil em Londres por sua brilhante atuação em benefício da Pátria, mas faleceu antes que a notícia da nomeação houvesse chegado ao seu conhecimento, em 11 de setembro de 1823. Foi um dos maiores nomes de nossa história, apesar de ter sido esquecido pela maioria dos historiadores. Foi também o único que teve que enfrentar os pavores da vergonhosa inquisição por pertencer à maçonaria, que lhe deu o ideal de lutar por um Brasil livre. Dele disse Roquete Pinto: “Nasceu e morreu fora da terra do Brasil, mas sempre viveu por ela”⁵³.

2.5.4 *José Clemente Pereira*

Nascido em 1787, em Portugal, e falecido no Rio de Janeiro, em 1854, José Clemente Pereira (IMAGEM 5) foi senador do Império e um dos grandes vultos de nossa independência.

Bacharelou-se em direito pela Universidade de Coimbra, vindo para o Brasil depois da vinda da família real portuguesa, radicando-se no Rio de Janeiro, onde se tornou

⁵¹ CASTELLANI, José. Os maçons na independência do Brasil. Londrina: Ed. Maçônica “A Trolha” 1993.

⁵² Ibidem.

⁵³ Ibidem.

⁵³ Idem.

líder do comércio português⁵⁴. Foi nomeado juiz de fora na Praia Grande (hoje Niterói) e depois desembargador da Relação.

Maçom dos mais ativos aderiu ao movimento do Fico, liderado por Joaquim Gonçalves Lêdo, Januário da Cunha Barbosa e José Joaquim da Rocha. Nessa época era presidente do Senado da Câmara⁵⁵.

Embora sendo português, assim como outros nascidos naquele país, participou intensamente de todo o movimento emancipador brasileiro.

2.5.5 José Bonifácio de Andrada e Silva

José Bonifácio de Andrada e Silva (IMAGEM 6) foi cientista, político, ministro de Estado e primeiro Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil. Nascido em Santos, São Paulo, em 13 de junho de 1763, e falecido em Niterói, em 6 de abril de 1838.

Fez seus primeiros estudos em São Paulo, indo, em 1783, para Coimbra, estudar Ciências Naturais, viajando, depois, por toda a Europa e realizando estágios em universidades e fundações da França, Itália, Alemanha, Dinamarca e Suécia, de 1790 a 1800.

Foi o primeiro catedrático de Metalurgia da Universidade de Coimbra, em 1801, e pertenceu a diversas entidades científicas da Europa; descreveu doze novos minerais e, em sua homenagem, foi dado o nome de andradita a uma variedade cálcioferrosa da granada.

Era um homem bastante culto, falando e escrevendo correntemente em francês, inglês, alemão, grego e latim. Por ocasião da invasão francesa em Portugal comandou, no posto de tenente-coronel, o Corpo Acadêmico, que resistiu à ocupação.

Somente em 1819 retornaria ao Brasil, ingressando na política, que lhe daria o destaque que a ciência não lhe deu.

Em 1821 foi vice-presidente da Junta Governativa de São Paulo; em 24 de dezembro de 1821 era redigido o ofício dos paulistas, por José Bonifácio e assinado pela

⁵⁵ CASTELLANI, José. Os maçons na independência do Brasil. Londrina: Ed. Maçônica “A Trolha” 1993.

Junta⁵⁶. A partir daí precipitaram-se os acontecimentos que culminariam com a Independência.

José Bonifácio chegava ao Rio no dia 18 de janeiro, nove dias após o “Fico” e assumindo o Ministério dos Negócios do Reino e Estrangeiros.

2.5.6 José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima (Padre Roma)

Foi mártir da Revolução Republicana de 1817. Nascido em Pernambuco, em 1768 e fuzilado em 1817⁵⁷.

José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima ingressou na Ordem do Carmelo mas, logo depois, abandonou a clausura. Recebeu a alcunha de padre Roma, por ter estudado na capital italiana.

Foi companheiro de Domingos José Martins, líder da Revolução republicana que, em 8 de março de 1817 instalou o governo republicano em Recife, após depor o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Após a vitória do movimento e a implantação do governo republicano, o padre Roma recebeu a missão de sublevar as províncias da Bahia e de Alagoas. Entretanto, foi preso ao desembarcar em Salvador, tendo sido sumariamente fuzilado, no Campo da Pólvora, por determinação do Conde dos Arcos, Marcos de Noronha e Brito. Como todos os principais nomes da Revolução de 1817, o padre Roma era maçom.

2.5.7 Joaquim Gonçalves Lêdo

Nascido em 1781, no Rio de Janeiro, e falecido em 1846, Joaquim Gonçalves Lêdo (IMAGEM 7) foi um dos maiores maçons brasileiros de sua época, por ter participado ativamente do movimento emancipatório brasileiro.

Joaquim Gonçalves Lêdo estudou em Coimbra, iniciando o curso de medicina, mas não chegando a concluí-lo. Ao retornar ao Brasil, empregou-se como escrivão na

⁵⁶ FERREIRA, Tito Lívio & FERREIRA, Manoel Rodrigues. A maçonaria na independência brasileira II, 2. ed.,: Editora Gráfica Biblos Ltda, 1962.

⁵⁷ CASTELLANI, José, op. Cit.

contadoria dos Arsenais Reais do Exército. Colocar-se-ia, depois, destemidamente, à frente do movimento emancipador, lutando desabridamente pela independência e fazendo da Maçonaria o centro incrementador das idéias de liberdade⁵⁸.

A 15 de setembro de 1821, funda, juntamente com o cônego Januário da Cunha Barbosa, o Revérbero Constitucional Fluminense, jornal que teve a mais extraordinária importância no movimento libertador, pois contribuiu para a formação de uma consciência brasileira, despertando a alma da nacionalidade.

Gonçalves Lêdo foi membro destacado da loja “Comércio e Artes” e do “Clube da Resistência” e, em 1821, organizou uma revolta republicana, com o auxílio do Brigadeiro Felisherto Caldeira Brant (futuro Marquês de Barbacena) e do Almirante Rodrigo Pinto Guedes. Fracassada a conspiração, a loja “Comércio e Artes” foi fechada e os maçons perseguidos tenazmente⁵⁹.

Entretanto, ele continuava aglutinando os maçons em torno do ideal de liberdade da Pátria. Assim, sigilosamente, reergueram as colunas da Comércio e Artes, a 24 de junho de 1821, instalando-a na casa do Capitão Domingos de Ataíde Moncorvo.

Posteriormente, com o crescimento da Loja, ela foi instalada em outro local (Rua Nova do Conde, nº. 4) e seus principais próceres eram: Joaquim Gonçalves Lêdo, Januário da Cunha Barbosa, Brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Marechal Joaquim de Oliveira Alves, Capitão de Mar e Guerra Domingos de Ataíde Moncorvo, Capitão José Mendes Viana, Tenente Coronel Manoel dos Santos Portugal, Tenente-Coronel Francisco de Paula Vasconcelos, Manoel Joaquim de Menezes, Major José Maria Bittencourt, José Caetano Gomes e Albino dos Santos Pereira.

O título de “Defensor Perpétuo” dado ao Príncipe Regente D. Pedro a 13 de maio de 1822, foi obra do grupo de Joaquim Gonçalves Lêdo, por proposta de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, em sessão da “Loja Comércio e Artes”, conquistando-se, assim, o Príncipe, para a causa do Brasil.

O “Fico”, de 9 de janeiro de 1822, quando o Príncipe Regente, desobedecendo os decretos nºs 124 e 125 das Cortes Portuguesas, resolveu ficar no Brasil, foi obra exclusiva da

⁵⁸ CASTELLANI, José. Os maçons na independência do Brasil. Londrina: Ed. Maçônica “A Trolha” 1993.

⁵⁹ Ibidem.

Maçonaria Brasileira e, principalmente, de Joaquim Gonçalves Lêdo, Januário da Cunha Barbosa e José Joaquim da Rocha.

A 17 de junho de 1822, Gonçalves Lêdo foi um dos fundadores do Grande Oriente do Brasil e, apesar de ser o líder incontestável da maçonaria brasileira, trabalhou para que o cargo de Grão-Mestre fosse exercido por José Bonifácio, reservando para si, modestamente o cargo de Primeiro Grande Vigilante.

No dia 2 de agosto de 1822, por proposta de José Bonifácio, deu entrada, no Grande Oriente do Brasil, a proposta de iniciação do Príncipe D. Pedro de Alcântara, que foi aprovada, sendo ele iniciado no mesmo dia e elevado a Mestre já três dias depois.

A 22 de agosto, por influência do grupo de Gonçalves Lêdo, o príncipe regente era indicado para exercer o Grão-Mestrado⁶⁰, numa manobra política de fundamental importância para o advento da independência. Com a eleição do Príncipe, José Bonifácio passou a atuar na condição de Grão-Mestre Adjunto, o que o deixou bastante magoado.

Joaquim Gonçalves Lêdo foi quem dirigiu os trabalhos no dia 9 de setembro de 1822, em sessão do Grande Oriente, quando D. Pedro era aclamado Imperador do Brasil. O mesmo retornara ao Rio de Janeiro logo após o Grito do Ipiranga para tomar posse no cargo de Grão-Mestre. No dia seguinte era feita uma proclamação ao povo, redigida por Lêdo.

2.6 A Imprensa e os Principais Jornais

A imprensa desempenhou papel importante em favor da Independência do Brasil. Com a volta da família real a Portugal a censura foi extinta, surgindo então, a partir de agosto de 1821, vários jornais tais como o “Revérbero Constitucional Fluminense”, “O Espelho”, “A Malagueta”, “O Macaco Brasileiro”, “O Regulador Basílico-Luso” depois “Regulador Brasileiro”, no Rio de Janeiro e o “Diário Constitucional”, na Bahia.

Todos estes jornais voltados preponderantemente para os debates políticos, primeiramente com o foco dirigido à permanência de D. Pedro I no Brasil e depois redirecionando as suas linhas de atuação para a independência. Essas linhas de atuação eram

⁶⁰ CASTELLANI, José. Os maçons na independência do Brasil. Londrina: Ed. Maçônica “A Trolha” 1993.

embasadas de acordo com o pensamento de seus criadores, pois havia os que defendiam a idéia de independência e havia os que embasados nesse prisma, surgiam como opositores ao pensamento daqueles.

A proliferação desse meio de comunicação aconteceu principalmente em função de que até aquela presente data a imprensa estava sob censura e que as principais discussões políticas ocorriam em recintos maçônicos, pois os seus membros se reuniam secretamente para discutirem temas de relevância para o momento em que o Brasil passava.

Nesse período foram acirrados os ânimos entre as facções existentes, principalmente porque era no meio maçônico em que as maiores lideranças governamentais pertenciam e era notório o conflito de opiniões. Havia jornalistas e maçons que escreviam de diversas maneiras, valendo-se de pseudônimos, com o propósito de disfarçar suas opiniões.

2.6.1 Revérbero Constitucional Fluminense

O Revérbero Constitucional Fluminense (IMAGEM 9) fundado em 15 de setembro de 1821, pelo maçom Joaquim Gonçalves Ledo e pelo também maçom, Cônego Januário da Cunha Barbosa, defendia idéias democratas e a autonomia do Brasil, pregava a liberdade através da representação, principalmente com a convocação de uma assembléia constituinte.

Foi o primeiro jornal independente do governo no Rio de Janeiro. A independência do Brasil era sua bandeira, porém sem grandes laços com Portugal. Mesmo assim, publicava artigos de Lisboa, Paris e Londres. Sua marca registrada eram os artigos doutrinários, que criaram força juntamente com a evolução da independência. Inicialmente circulava semanalmente e, após janeiro de 1822, passou a circular quinzenalmente.

No dia 15 de setembro de 1821, o Revérbero Constitucional Fluminense já dizia em seu primeiro número, fazendo alusão ao “Grande Dia”, que foi o memorável 24 de agosto de 1820, quando caiu a monarquia absolutista em Portugal.

Portugueses de ambos os Mundos! Vós sois hum grande Povo, e disto tendes dado provas infinitas desde que o Nome de Lusitanos ou Portugueses he conhecido no Mundo. Descabidos da fama, e da fortuna, não por falta de virtudes, mas pela influência de huma administração monstruosa, que depois de nos roubar a liberdade só

nos dera em troco della pobreza, calamidades, a misérias, vistas finalmente raiar hum grande Dia, que o memorável 24 de Agosto de 1820⁶¹.

Joaquim Gonçalves Lêdo, percebendo o que o povo Português havia feito em defesa da sua própria independência, tirou isso como exemplo e planejou, juntamente com Januário da Cunha, a criação deste tão importante meio de comunicação, o qual seria o porta-voz de todos aqueles que defendiam um povo liberto, de convivência igualitária e fraterna, princípios estes que se coadunam com os próprios princípios norteadores da ordem maçônica, da qual os mesmos eram membros conhecedores.

Em continuação ao seu trabalho e dando uma demonstração que viria a ser realmente um jornal influente nas opiniões da época, o Revérbero Constitucional Fluminense propunha incondicionalmente, a defesa da liberdade do Brasil, propagando veementemente a independência do país. Fazia questão de abrir espaços para que o povo participasse com suas opiniões. E assim o jornal publica a correspondência de um leitor que escreveu:

Convém, portanto, amigo, que cada hum de nós escreva e publique os seus pensamentos sobre as novidades do dia, porque o Amor da Pátria he o mesmo Amor da Nação, e da Constituição: se esta proclamou Liberdade, Igualdade, e Confraternidade ninguém se deve recolher a silêncio, porque ele he sem dúvida hum crime, quando convém expender nossos direitos, que não são nem podem ser menores de que os que forão expendidos pelos briosos Regeneradores do Porto, e Lisboa quando sacudirão os ferros do nosso antigo despotismo; se elles temerão o systema colonial, como disserão em seu Manifesto, e se desse temos tirarão o argumento da sua Revolução, nós também o tememos, e com mais rasão, porque o havíamos sofrido, e por huma longa e dolorosa experiência o conhecíamos: e se he huma e a mesma a matéria de nossos corações, ninguém sem injustiça nos exprobará o querer ser tão livres como elles⁶².

Vale ressaltar que a participação era proveniente de todos os recantos, tanto de brasileiros residentes em Portugal, e de residentes em Províncias pelo Brasil afora. Essa citação acima foi publicada no dia 08 de janeiro, um dia anterior ao dia do Fico. Imagina-se ter sido escrita por um membro da instituição maçônica, pois o mesmo utiliza-se de expressões típicas dos princípios que a norteia, tais como a Liberdade, Igualdade e Confraternidade.

⁶¹ BRASIL. Fundação Biblioteca Nacional, Reverbero Constitucional Fluminense. Edição Fac-similar, Tomo I, Rio de Janeiro : Edições Biblioteca Nacional, s/data [séc. XXI], p. 1.

⁶² Ibidem.

2.6.2 O Macaco Brasileiro

Havia os jornais que, embora não fossem escritos por maçons, defendiam a independência. Havia também os que eram contra essa idéia, ocorrendo portanto grandes debates e até insultos aos que tinham opiniões e pensamentos contrários, fazendo assim, com que cada pensamento divergente, criasse seu próprio jornal com característica puramente voltada para a idéia de seu criador.

O “Macaco Brasileiro” foi um desses, pois, como o próprio nome já diz, ele traz consigo uma conotação bastante agressiva, em relação ao outro periódico o Revérbero Constitucional Fluminense que defendia com muita garra a independência do Brasil. O “Macaco Brasileiro” era grosseiro e agressivo com todos aqueles que defendiam uma posição independente.

De acordo com Castellani⁶³, o Macaco Brasileiro, órgão do partido antibrasileiro e contrário à independência, dirigido por Manoel Zuzarte e Pedro da Silva Porto. “Partindo de um título que já era um insulto aos brasileiros, o cirulento jornal não respeitava nem os familiares dos mais destacados brasileiros da época”.

Mesmo com a idéia de contrariedade à independência do Brasil, “O Macaco Brasileiro”, teve sua forte influência no sentido de que as idéias do Revérbero Constitucional Fluminense surgissem mais filtradas e aprimoradas.

2.6.3 A Malagueta

Nesse período surge também o jornal “A Malagueta”, em 18 de dezembro de 1821. Foi criado por Luís Augusto May, homem de personalidade totalmente condizente com o que escrevia. May, como era normalmente conhecido tinha bastante conhecimento sobre o que escrevia. Sua linha de pensamento buscava a independência total de Portugal.

Ele escrevia em seu jornal sempre usando o bom senso, mesmo sendo de tendência totalmente contrária ao estilo adotado pelo governo. Escrevia em estilo de carta e

⁶³ CASTELLANI, José. Os maçons na independência do Brasil. Londrina: Ed. Maçônica “A Trolha” 1993.

sempre redigido na primeira pessoa. O jornal tinha como linha de frente usar suas expressões diretas ao imperador⁶⁴.

O objetivo principal do “A Malagueta” era intervir no debate político, bem como propor medidas constitucionais. Em função dessa conduta, o jornal passa a ser à época o periódico mais popular do Rio de Janeiro. Esse jornal tinha a simpatia de Hipólito José da Costa, também maçom e fundador do primeiro jornal a circular no Brasil, que foi o *Correio Braziliense*.

2.6.4 O Regulador Basílico-Luso

Segundo Castellani (1993), surgido em 29 de julho de 1822, lutando também pela independência, mas entrando em atrito com o “*Revérbero*”, na defesa de José Bonifácio. Era impresso na Tipografia Nacional e redigido pelo frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio que, devido à veiculação de suas idéias, foi inquirido, no Grande Oriente, pelo grupo de Gonçalves Lêdo, e sofreu ameaça de sanções.

O *Regulador* também teve participação fundamental na campanha da emancipação, lutando por uma monarquia constitucional dentro de uma comunidade brasílico-lusa o que acabou acontecendo - em oposição às idéias do “*Revérbero*”, as quais eram de um rompimento total dessa comunidade.

⁶⁴ BRASIL. Fundação Biblioteca Nacional, *Reverbero Constitucional Fluminense*. Edição Fac-similar, Tomo I, Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, s/data [séc. XXI].

3 PRINCIPAIS MOMENTOS: Pré-Independência

“Acordemos, pois, Generosos Habitantes d’este Vasto, e poderoso Império, está dado o grande passo da vossa Independência [...]”.

(Dom Pedro I, Manifesto de 1 de agosto de 1822)

Segundo relata Wilcken⁶⁵, a primeira prensa do Brasil também vinha transformando a vida intelectual da colônia, embora com obras cuidadosamente vetadas pelos censores da Coroa. Uma das publicações que captaram a imaginação dos cariocas foi a carta de Pero Vaz de Caminha, na qual este havia descrito o primeiro contato de Portugal com o litoral brasileiro e seus povos indígenas. Publicada pela Imprensa Real em 1817, sob a forma de uma dedicatória a D. João, ela foi um sucesso instantâneo.

Depois de séculos escondida nos Arquivos de Lisboa, era um documento que chegou em bom tempo. Em épocas passadas, a carta de Caminha tinha sido arquivada juntamente com relatos de testemunhas oculares da “Era dos Descobrimentos Portugueses”. Nesse momento, entretanto, quando a corte portuguesa ia consolidando seu governo a partir dos trópicos, ela se transformou na declaração fundadora de um novo império.

Vista de fora, a mudança para o Rio parecia permanente. Já havia projetos bem adiantados para dois acontecimentos históricos: o casamento formal do herdeiro do trono, D. Pedro, com a arquiduquesa austríaca dona Leopoldina (IMAGEM 8), e a “aclamação” de D. João como rei, ambos os quais teriam lugar no Novo Mundo.

Nos bastidores, entretanto, o regime cambaleava. Ao longo dos anos, D. João fizera o menor número possível de mudanças em seu governo. Confiara quase exclusivamente nos homens que o haviam ajudado nos anos difíceis que levaram ao exílio - todos os ministros anteriormente nomeados por D. João tinham estado com ele no Atlântico, durante a fuga de 1807-1808. Fazia muito tempo que um de seus ministros mais competentes, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, havia falecido. Seu rival, Antônio de Araújo, passava dos 60 anos e estava com a saúde precária. Em seus últimos meses de vida, dizia-se que precisava de dois assistentes apenas para assinar documentos. Quando ele morreu, o substituto de Strangford, o

⁶⁵ WILCKEN, Patrick. *Império à Deriva: A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Objetiva: Rio de Janeiro, 2005.

cônsul geral Henry Chamberlain, visitou seu sucessor interino, João Paulo Bezerra, e o encontrou acamado, sofrendo de paralisia – uma doença que Strangford descrevera pela primeira vez, em dezembro de 1813, como "uma violenta aflição paralítica que o reduziu ao estado da mais deplorável imbecilidade". "É um tanto surpreendente, com efeito", escreveu Chamberlain em 1817, "que o governo tenha prosseguido, mesmo até este momento, com dois ministros tão enfermos [Bezerra e Araújo] [...] afirma-se que todos os ramos do governo encontram-se numa confusão quase irreversível". A manutenção do *status* que fora levada a extremos: montanhas de papéis acumulados durante a convalescença final de cada ministro haviam ficado intactas. Os ministros restantes assumiram responsabilidades cada vez maiores, com suas áreas de competência abrangendo duas, três ou até quatro pastas ministeriais.

Depois da morte de Araújo, as rédeas foram tomadas pelo idoso Tomás Antônio Vilanova Portugal, homem de instintos conservadores que veio não apenas a chefiar o Ministério da Fazenda, mas também a lidar com assuntos internos e externos, além do Ministério da Guerra. Ele era "cheio de puras intenções", de acordo com Palmela⁶⁶, mas "não tinha a menor idéia do estado de cousas na Europa". Era um momento crucial para que o governo de D. João funcionasse no escuro. Problemas relacionados com a transferência da corte e do governo, que nunca tinham sido realmente enfrentados, começavam a exercer pressão, e a pequena gerontocracia de camaradas reunida pelo rei à sua volta não estava à altura da tarefa.

Dez anos se haviam passado desde a última vez em que qualquer dos assessores do rei estivera na Europa, década esta em que as Guerras Napoleônicas e suas conseqüências tinham alterado de modo fundamental a dinâmica do velho continente. Nos primeiros anos, Strangford mantivera as autoridades atualizadas (se bem que com uma versão dos acontecimentos que favorecia os ingleses), mas, desde sua expulsão, a corte se via isolada.

3.1 A Revolução Pernambucana de 1817

Como resultado imediato e direto da Fundação ou Instalação da Sociedade Secreta AREÓPAGO DE ITAMBÉ – nos limites geográficos dos Estados de Pernambuco, com a

⁶⁶ *Apud* TROLHA, Xico. Itambé - Berço Heróico da Maçonaria no Brasil. Edit. Maçônica "A TROLHA", Londrina, 1996.

Paraíba, no inverno de 1796, por Manuel de Arruda Câmara teve-se a "Revolução Republicana", iniciada em seis de março de 1817⁶⁷.

Se, infelizmente, não sobreviveu nenhum documento primário, sobreviveram muitas evidências e as citações de homens dignos como, por exemplo, o Monsenhor Francisco Muniz Tavares, contemporâneo dos acontecimentos. Cartas do Padre João Ribeiro Pessoa e mais uma centena de evidências.

Se é verdade que o Areópago de Itambé (com esse nome) teve vida efêmera, pois foi fechado por "Ordens Superiores", em 1801. Mas se alguém imaginou que fechando a entidade, o grupo se dispersaria, enganou-se redondamente. Pois com o seu fechamento, como diz Antônio do Carmo: "... para que, em seguida, já multiplicado, ressurgisse nas "Academias" (Suassuna, dos Cavalcanti de Albuquerque), nas "Universidades" do Recife e Igarassu, no Seminário (Olinda de Dom Azeredo Coutinho) nos Engenhos e nas Vilas"⁶⁸.

Manuel de Arruda Câmara, o "Pai Brasileiro" dessa semente libertária que foi o Areópago de Itambé, não teve a honra de ver a explosão. Assim como François Marie Arouet Voltaire - botou fogo no estopim e foi refugiar-se na sepultura - pois morreu em 1782, sete anos antes da formidável explosão, explosão essa que abalou toda a estrutura do Reino Português implantado em terras brasileiras, desde 1808⁶⁹.

A represália ao Movimento Revolucionário foi sangrenta e selvagem. Consta que 618 revolucionários, patriotas, foram executados com requintes de selvageria e crueldade.

O Governo Republicano, instalado no Recife, pelos patriotas nordestinos, teve curta duração. Pouco mais de 3 meses. Mas foi o suficiente para mostrar à metrópole, aos colonizadores e ao mundo, que o Império estava corroído, que o povo exigia mudanças radicais e que estavam dispostos a se sacrificarem por isso.

Em 1807, Francisco Miranda funda, em Londres, a Sociedade - Grande Reunião Americana, fachada da loja maçônica política - "Cavaleiros da Razão". Em 1808, fugindo das tropas de Napoleão, a Família Real Portuguesa em busca com destino o Brasil, chegando em

⁶⁷ TROLHA, Xico., op. Cit.

⁶⁸ TROLHA, Xico. Itambé - Berço Heróico da Maçonaria no Brasil. Editora Maçônica "A TROLHA", Londrina, 1996.

⁶⁹ CARVALHO, Assis. Itambé - Berço Heróico da Maçonaria no Brasil. Editora Maçônica "A TROLHA", Londrina, 1996.

22 de janeiro de 1808 à Bahia, enquanto Napoleão vai conquistando a Península Ibérica, derrubando os tronos, como um avassalador vendaval.

Em 1810, o Padre Miguel Hidalgo Y Costilla (Cura de dolores), dá o grito de libertação do México, começando a Grande Revolução que expulsaria o dominador Espanhol e do continente. Aquela chama devastadora de República, atizada, por Bernardo Vieira, no Senadinho de Olinda, em 10 de novembro de 1710, um século antes, continuava a incendiar a Europa e o Continente Americano⁷⁰.

Em 1810 morre o grande idealista - Manoel de Arruda Câmara. O mundo já não era o mesmo. Todavia o ideal republicano, a cada dia que passava ia angariando adeptos, aqui, ali, além. Seu exército crescia em toda parte. E ali, refugiadas em fazendas e engenhos de Pernambuco, as Sociedades Secretas, disfarçadas em Academias, filhas diletas do Areópago de Itambé, iam forjando líderes e heróis, nas noites quentes do Sertão. Nos conventos de Olinda e de Goiana os padres, por trás de seus hábitos escuros, traçavam os caminhos da revolução. Do Bispo de Olinda - o Irmão Dom Azeredo Coutinho; ao secularizado Padre Roma - o proselitismo era feito, de boca a boca, em reuniões, nos confessionários; em toda parte. A Pátria precisava ser libertada; o povo brasileiro estava cansado de tanto sofrer. Castro Alves, baiano, mas que bebera da água, que pisara o solo, que estudara na mesma escola Revolucionária Pernambucana - disse no "O Povo ao Poder";

O momento é malfadado,
Quando um Povo ensangüentado,
Diz: - já não posso sofrer...
Pois bem! Nós que caminhamos,
Do futuro para a Luz;
Nós que o calvário escalamos,
Levando nos ombros a Cruz,
Que do presente no escuro,
Só temos fé no futuro
Como alvorada do bem...
Como Laocoonte esmagados,
Morremos coroados
Erguendo os olhos além.

Assim cantara o "Cantor da Liberdade" - o menino Antônio de Castro Alves.

Alguns anos se passaram. O padre Miguel Hidalgo Y Costilla "Cura de Dolores", sofrera seu martírio; Napoleão Bonaparte, o pequeno caporal, sucumbira em Waterloo, perante as forças inglesas de Wellington, em 1815. Mas nas celas escuras dos conventos de

Goiana e Olinda e nas salas ensolaradas dos engenhos, o ideal republicano permanecia mais forte do que nunca, trocando os rumos e os caminhos para se chegar à vitória e à República⁷¹.

E ela veio. E ela chegou. Banhada em sangue, mas chegou. Em seis de março de 1817, eclodiu a “Revolução Republicana” que abalaria, para sempre, os alicerces do império português, instalado neste lado da América, o Brasil.

Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, foram às armas e assumiram o poder na Capitania de Itambaracá, estabelecendo no Recife, o “Primeiro Governo Republicano” no Brasil.

O ato de Revolta do jovem José de Barros Lima (alinhado de Leão Coroadado), que, ao receber ordem de prisão, do Brigadeiro Manoel Joaquim Barbosa, chefe da Artilharia, arremeteu contra o mesmo, mergulhando sua espada no peito daquela autoridade que traía, à última hora, o movimento prendendo seu Companheiro - o Capitão Domingos Teotônio - deu início à Revolução Pernambucana. A prisão de Domingos Teotônio foi a "Pedra que fez aumentar o nível de todos os oceanos". A jornada que estava marcada para o dia 6 de abril foi antecipada para o dia seis de março, devido aos imprevistos acontecimentos com o Leão Coroadado.

Domingos Teotônio e mais dois companheiros assumiram o comando das “Forças Revolucionárias”. E com a fuga do Governador da Província Caetano Montenegro - a revolução começou a ganhar adeptos. As adesões iam engrossando as fileiras revolucionárias - enquanto a Bandeira e os símbolos do Império luso-brasileiro iam sendo arrancados e jogados ao chão, ficando assim tristes e amargas lembranças.

No dia 7 de março, os revolucionários lançavam o seguinte comunicado, que foi lido em voz bem alta pelas ruas do Recife:

Nós, abaixo assinados, presentes para votarmos na nomeação de um Governo Provisório, para cuidar da causa da Pátria, declaramos à face de Deus que temos votados, e nomeados os cinco patriotas seguintes: da parte do eclesiástico, o patriota João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro; da parte militar, o patriota capitão Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa; da parte da magistratura, o patriota José Luiz de Mendonça; da parte da agricultura, o patriota Coronel Manoel Correia de Araújo e da parte do comércio, o patriota Domingos José Martins; e, ao mesmo tempo, todos firmamos esta nomeação, e juramos de obedecer a este governo em

⁷⁰ TROLHA, Xico. Itambé - Berço Heróico da Maçonaria no Brasil. Editora Maçônica “A TROLHA”, Londrina, 1996.

⁷¹ CARVALHO, Assis. Itambé - Berço Heróico da Maçonaria no Brasil. Editora Maçônica “A TROLHA”, Londrina, 1996.

todas as suas de liberações e ordens. Dado na casa do Erário, às doze horas do dia 7 de março de 1817. E eu Maximiano Francisco Duarte, escrevi. Assinados - Luiz Francisco de Paula Cavalcanti - José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima (o Padre Roma) Joaquim Ramcs de Almeida - Francisco de Brito Bezerra Cavalcanti de Albuquerque - Joaquim José Vaz Salgado Joaquim Ferreira de S. Paia - Francisco de Paula Cavalcanti Felipe Nery Ferreira - Joaquim d'Anunciação e Siqueira - Tomaz Ferreira Vila Nova - José Maria de Vasconcelos Bourbon Francisco de Paula Cavalcanti Junior - Tomaz José Alves de Siqueira - João de Albuquerque Maranhão e João Marinho Falcão⁷².

A história registrou que foram esses homens que sonharam e lutaram pelos brasileiros para se ter uma pátria livre do jugo português.

3.2 O Fico

Acontecimento marcante tanto para a história da Nação Brasileira como para a da maçonaria brasileira. Com tal acontecimento, houve o fim de um período histórico e o início de outro. Para o Brasil, chagava ao seu fim o desprezível período colonial imposto pelo absolutismo português. A partir do Século XVIII, este arcaico sistema de governo, que quase sempre degenera em despotismo, tornou-se inaceitável para as elites evoluídas⁷³.

As revoluções que se verificaram nos Séculos XVIII e XIX na Europa e na América, foram motivadas para a destruição do despotismo. Para a maçonaria brasileira, aproximava-se o fim de uma época em que os patriotas, para conseguirem direitos justos e legítimos, se viam obrigados a conspirar seja através de sociedades políticas, seja através das Lojas maçônicas que, na América, tinham abraçado o ideal da independência política⁷⁴.

Ao aproximar o fim do período primitivo, iria começar o período heróico da Maçonaria brasileira. As lojas maçônicas iam aparecer à luz do dia, e combater em prol das mais nobres aspirações de acordo com seus membros. A história da maçonaria misturou-se e confundiu-se com a história do Brasil desde então, e pelo período de quase um século.

De acordo com a literatura revisada, nessa época, os maçons trabalhavam ardente patriotismo para um Brasil independente. Vê-se, por outro lado, os mais ilustres representantes da política nacional a dirigir o Grande Oriente do Brasil e as demais “Obediências” que surgem no cenário maçônico. A maçonaria brasileira passou então a estar

⁷² Retirado do Livro de Francisco Muniz Tavares, História da Revolução de Pernambuco de 1817, *apud* CARVALHO, Assis. Itambé - Berço Heróico da Maçonaria no Brasil. Editora Maçônica “A TROLHA”, Londrina, 1996.

⁷³ RUESCAS, Jesus. História Geral. São Paulo: Sivadi Editorial Ltda, 2002.

⁷⁴ FERREIRA, Tito Lívio & FERREIRA, Manoel Rodrigues. A maçonaria na independência brasileira II, 2. ed., Editora Gráfica Biblos Ltda, 1962.

presente em quase todos os acontecimentos políticos, sociais e mesmo científicos, através de seus membros, em todas as conquistas e todos os progressos que detinham os rumos da nacionalidade. Com certeza, o “Fico” foi o ato culminante para a história do Brasil. De fato, a “Revolução da Independência” teve maior impacto quando o Príncipe D. Pedro, atendendo às representações dos fluminenses, paulistas e mineiros, desobedeceu às Cortes Constituintes da Nação Portuguesa que o chamavam à Europa.

Um fato interessante como já foi dito, e mesmo determinante para a decisão do “Fico” fora a participação da maçonaria vermelha portuguesa e da brasileira, que agindo concomitantemente, articularam com as cortes portuguesas a determinação para que o Príncipe Regente D. Pedro retornasse à Portugal, por meio dos decretos nº 124 e 125.

Em resposta a tal articulação, sentindo-se desprestigiada, a maçonaria brasileira azul agiu imediatamente, formando as bases do movimento que redundaria no “Fico”. Desde 11 de dezembro de 1821 até fins de janeiro de 1822, instaurou-se no Brasil forte crise política, como visto, fomentada por ações e declarações, abertas e/ou ‘camufladas’ da maçonaria. Foi um período de fortes atritos entre a maçonaria brasileira das linhas vermelha e azul, sobretudo após a declaração do “Fico” por parte de D. Pedro, em 9 de janeiro de 1822⁷⁵.

Cabe relembrar, que no dia 9 de janeiro de 1822, D. Pedro encontrava-se hesitante em tomar tal atitude, porém com total apoio de fluminenses, paulistas e mineiros, e porque não, da maçonaria, proclamou que iria retardar tal decisão, aguardando deferimentos da corte portuguesa, porém, vislumbrando que tal atitude não agradaria nenhuma das partes, tomou a histórica decisão de ficar, declarando: “Como é para bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto, diga ao povo que FICO”⁷⁶.

Alguns momentos históricos decorridos neste período merecem ressalva, como por exemplo, a carta enviada por D. Pedro a Portugal em 15 de dezembro, avisando ao seu pai (D. João VI) que se partisse a independência do Brasil seria inevitável.

No dia 9 de janeiro de 1822, em discurso proferido em nome do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, o maçom de linhagem vermelha, José Clemente pressiona D.

⁷⁵ FERREIRA, Tito Lívio & FERREIRA, Manoel Rodrigues. A maçonaria na independência brasileira II, 2. ed.,: Editora Gráfica Biblos Ltda, 1962.

⁷⁶ ASLAN, Nicola. História Geral da Maçonaria: Fastos da maçonaria brasileira. Rio de Janeiro: Aurora, s/d.

Pedro a ficar no Brasil, alertando-o sobre a presença constante de tropas e “olheiros” estrangeiros em território do Brasil.

3.3 O Manifesto de Dom Pedro

Diante da necessidade de se atender ao questionamento acerca de aspectos e momentos em que o Manifesto de 1º. de agosto de 1822, expedido por Dom Pedro, destacam-se alguns pontos considerados de relevância para a história. Vale dizer que alguns trechos do referido Manifesto deixam bem claro que a Independência do país não tardaria a vir. Nesse sentido, citam-se alguns:

Eu agora já vejo reunido todo o Brasil em torno de Mim; requerendo-Me a defeza de seos Direitos, e a manutenção da sua Liberdade, e Independência. Cumpre por tanto, ó Brasileiros, que Eu vos diga a verdade: ouvi-Me pois.

[...]

Accordemos pois, Generosos Habitantes d'este Vasto, e poderoso Império, está dado o grande passo da Vossa Indpendência, e Felicidade à tantos tempos preconizadas pelos grandes Políticos da Europa. Já sois um Povo Soberano; já entrastes na grande Sociedade das Nações independentes, a que tínheis todo o direito.

[...]

Não se ouça pois entre vós outro grito que não seja – UNIÃO. – Do Amazonas ao Prata não retumbe outro écho, que não seja – INDEPENDÊNCIA.

[...]

É possível verificar que os discursos, além de trazerem uma certa eloquência dentro daquilo que apelavam, traziam também, um claro e emocionante aspecto de decisão voltados para o entendimento maçônico, pois o Manifesto atendia aos anseios dos menos daquela Instituição, tanto é que no dia seguinte a tal pronunciamento que empolgou a todos, Dom Pedro fora entusiasticamente convidado – e aceitou *pari pasu* – para ingressar naquela Ordem Maçônica.

3.4 Dom Pedro I e a Maçonaria

Dom Pedro I (IMAGEM 10) foi, sem dúvidas, uma das personalidades mais marcante no plano político nesses 185 de autonomia do Brasil, um herói de dois continentes que estava destinado a ser o fundador da nacionalidade, tornando-se brasileiro por livre deliberação, no momento histórico, em que lhe coube definir os rumos do seu destino⁷⁷.

⁷⁷ COSTA, Othon. D. Pedro e D. Leopoldina Perante a História: Vultos e Fatos da Independência, São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, 1972.

Mesmo assim, no curso desse período da história brasileira a forte e curiosa personalidade de Dom Pedro tem sido das mais discutidas, muitas vezes negada ou rudemente caluniada pela corajosa posição que tomou diante de um mundo convulsionado que lhe impunha – “por indicativo moral e dignidade política” – defender a integridade e autonomia da antiga colônia de seu país de nascimento, a que fora chamado a servir na condição de Regente, ao fim da prolongada permanência da Corte portuguesa no Brasil, quando D. João VI, se viu forçado a regressar a Portugal, já em franco declínio e desprestígio⁷⁸.

D. Pedro I foi admitido na maçonaria em 2 de agosto de 1822, na loja “Comércio e Artes na Idade do Ouro”, tendo como padrinho José Bonifácio de Andrada e Silva por quem tinha uma grande admiração e que praticamente era o seu orientador político. Mas foi através do maçom Domingos Alves Branco Muniz Barreto, do grupo de Joaquim Gonçalves Lêdo, que veio a indicação para que D. Pedro recebesse o título de “Defensor Perpétuo do Brasil”. Esse título lhe conferido e recebido no dia 13 de maio de 1822, no interior do templo da loja à qual Gonçalves Lêdo também participava.

Nota-se nesta investida o grande interesse que os maçons, tanto do grupo de Gonçalves Lêdo, quanto de José Bonifácio tinha em atrair o Príncipe para fazer parte da instituição maçônica, facilitando o entendimento dele na busca pela independência do Brasil.

Gustavo Barroso⁷⁹, não exagerou quando observou que “a Independência do Brasil foi realizada à sombra da Acácia, cujas raízes prepararam o terreno para isso. É o que a documentação histórica nos ensina e prova”. Esse desentendimento entre o grande Andrada e outros maçons não perturbou a firmeza do Príncipe Regente, que, certamente, mais por cálculo do que por inclinação ideológica, acabaria ingressando na maçonaria ascendendo em poucos meses ao cargo de Grão Mestre.

Pedro Calmon faz, a esse respeito, uma observação de profunda sagacidade e sabedoria. D. Pedro - diz ele - “só se manteve maçom enquanto a Ordem podia servir-lhe, já para desviar de sua natural inclinação republicana, já para ensaiar, como um conselho privado, os atos definitivos da independência e da coroação. Ali ouviu pela primeira vez o

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ BARROSO, Gustavo, *História Secreta do Brasil*, Apud COSTA, Othon. D. Pedro e D. Leopoldina Perante a História: Vultos e Fatos da Independência, São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, 1972.

brado de "Viva o Imperador", repetido em São Paulo na noite de 7 de setembro. Teve aí a certeza de que, se recuasse, fariam sem ele a independência" ⁸⁰.

Alguns dos historiadores brasileiros negam a Pedro I o papel de suma importância e decisivo que exerceu nas lutas da independência nacional. Um dos biógrafos de José Bonifácio afirma que, sem a influência do preclaro estadista de Santos, Pedro I não teria sido o que foi. Para os invocadores mais imparciais desse episódio fundamental de nossa história, coube à maçonaria a influência predominante.

Na realidade, José Bonifácio de Andrada e Silva, embora não fosse um revolucionário e houvesse observado, na sua longa permanência na Europa, os perigos e inconvenientes de uma revolução, desde logo se impôs, pela cultura, pelo equilíbrio e moderação, como o principal estadista da Independência, cabendo-lhe, sem qualquer dúvida, com a maior legitimidade, o título que a história lhe consagra, de seu "patriarca".

Outro grande nome da história política brasileira é Joaquim Gonçalves Lêdo, também maçom, que em 20 de agosto de 1822, pouco antes da declaração de independência, discursou na loja maçônica "Comércio e Artes" no Rio de Janeiro. O discurso de um dos maiores incentivadores da independência, segue demonstrando a sua influência, bem como da maçonaria, na vida política do Brasil colônia, conforme transcreve-se trecho abaixo e o mesmo na íntegra no ANEXO IV, proveniente do Boletim do GOB (julho/agosto, de 1963), sendo claramente dirigido ao hesitante Príncipe D. Pedro:

a independência, Senhor, no sentido dos mais abalizados políticos, é inata nas colônias, como a separação das famílias o é na Humanidade.
A natureza não formou satélites maiores que os seus planetas. A América deve pertencer à América, e Europa à Europa, porque não debalde o Grande Arquiteto do Universo meteu entre elas o espaço imenso que as separa. O momento para estabelecer-se um perdurável sistema, e ligar todas as partes do nosso grande todo, é este [...].

Como se pode notar, o discurso entusiasmou o mais hesitante dos homens, e em se analisando a influência da maçonaria e de homens como José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Gonçalves Lêdo, além da data em que fora pronunciado tal discurso, não resta dúvidas que a independência do Brasil tem forte ligação com ideais e nomes maçônicos.

⁸⁰ BARROSO, Gustavo, História Secreta do Brasil, Apud COSTA, Othon. D. Pedro e D. Leopoldina Perante a História: Vultos e Fatos da Independência, São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, 1972.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“ Se imaginas que já sabes,
não há espaço para aprender “.*

Sócrates

Esta pesquisa teve como objetivo realizar uma revisão bibliográfica com o intuito de se investigar a participação da Maçonaria no processo da Independência do Brasil no ano de 1822. Nesse sentido, conforme se pôde observar na leitura desse trabalho, a Maçonaria teve e tem grande influência no mundo, sobretudo para países da Europa e da América quanto nos períodos pré-independência dos mesmos, quanto nos dias atuais, período no qual se tem como foco deste estudo.

Ao se analisar o contexto histórico da importância de tal interferência observou-se que a maçonaria não é uma religião e nem se apresenta como tal, não possuindo dogmas. Porém, isso não impediu que a mesma obtivesse seus princípios básicos que foram aceitos pelos que a seguiam. Desta forma tornou-se possível a fraternidade universal dos maçons. Notou-se também que para se tornar um maçom deve-se ter condição moral e intelectual e exercer uma profissão honesta que garanta meios de subsistência. Sua origem foi por volta do século XVI, acredita-se que tenha sido no Egito Antigo, mas como dito, tendo grande participação na Europa e na América, sobretudo nos processos de independência das colônias.

Ao chegar ao Brasil, a maçonaria relacionou-se com os grandes momentos em que o país atravessava no decorrer do longo Império e da República. Destacou-se nos ideais presentes nos movimentos libertários mais importantes do século XVIII e início do século XIX, por ser uma entidade voltada para os interesses da humanidade. Fundou várias, e de forma rápida, Lojas Maçônicas em todo país. No que tange na Independência do Brasil, como se observou, teve grande importância e participação direta, não sendo nenhum exagero dizer que a independência do Brasil foi decidida de acordo com os interesses de grupos maçônicos e da maçonaria.

No processo de independência do Brasil, destacaram-se vários maçons como: Domingos José Martins, Hipólito José da Costa, José Clemente Pereira, José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Gonçalves Lêdo. Os principais jornais de enquete maçônico da

época foram: Revérbero Constitucional Fluminense, O Macaco Brasileiro, A Malagueta e O Regulador Basílico-Luso. Além de estar presente no dia-a-dia da colônia e do próprio Príncipe Regente, D. Pedro, pode-se citar alguns principais momentos da Pré-Independência em que a Maçonaria teve participação sendo: A Revolução Pernambucana de 1817, O Fico e O Grito do Ipiranga.

Enfim, diante do estudado nota-se que a Maçonaria teve forte correlação com o processo de Independência do Brasil, visto que, muitos maçons participaram diretamente deste processo, uma vez que o próprio imperador D. Pedro I era membro integrante da Maçonaria, sobretudo analisando-se a interferência da maçonaria “vermelha” tanto portuguesa quanto a brasileira, nos referidos decretos de número 124 e 125, e a resistência implementada pela maçonaria “azul” (ou ambas) a tais decretos, fornecendo todas as bases para que o D. Pedro, ainda hesitante, tomasse a decisão de declarar a independência, como se pode notar no discurso proferido por Joaquim Gonçalves Lêdo.

Influência esta, também percebida ao se analisar o conteúdo, mas, sobretudo as mãos pelas quais foi escrito o “Manifesto aos Brasileiros”, que dava ares de legalidade e legitimidade ao “Grito do Ipiranga”, além da carta de D. Leopoldina que puderam indicar as primeiras providências no rumo de um Brasil independente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASLAN, Nicola. História Geral da Maçonaria: Fastos da maçonaria brasileira. Rio de Janeiro: Aurora, s/d.

BARROS, Antônio; DUARTE, Jorge; (orgs.). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação, 2. ed., São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Fundação Biblioteca Nacional, Revérbero Constitucional Fluminense. Edição Fac-similar, Tombo I, Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, s/data [séc. XXI].

CARVALHO, Assis. Itambé: Berço Heróico da Maçonaria no Brasil. Londrina-PR: Editora Maçônica “A Trolha” Ltda, 1996.

CASTELLANI, José. Os maçons na independência do Brasil. Londrina-PR: Editora Maçônica “A Trolha” Ltda, 1993.

_____. A ação secreta da maçonaria na política mundial. 2ª edição revisada. São Paulo: Editora Landmark, 2007.

COSTA, Frederico Guilherme. História da Maçonaria Brasileira. Londrina-PR: Editora Maçônica “A Trolha” Ltda, 1993.

COSTA, Othon. D. Pedro e D. Leopoldina Perante a História: Vultos e Fatos da Independência, São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, 1972.

FERREIRA, Tito Lívio; FERREIRA, Manoel Rodrigues. A maçonaria na independência brasileira II. Editora Gráfica Biblos Ltda, 1962.

FIGUEIREDO, Luis. O que é a maçonaria? Disponível em: <<http://www.maconaria.net/whatis.shtml>>, Acesso em 2 jan. 2008.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica, São Paul: Atlas, 2003.

GRANDE LOJA MAÇÔNICA DO DISTRITO FEDERAL, Ritual, 2007.

RUESCAS, Jesus. História Geral. São Paulo: Sivadi Editorial Ltda, 2002.

SILVA NETO, Casimiro Pedro da. A Construção da Democracia: síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das assembleias nacionais constituintes e do Congresso Nacional/Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo. História da Independência do Brasil, *in* Revista do Instituto Histórico e Geográfico: Rio de Janeiro, 1917.

VIDAL, César. Os maçons: a sociedade secreta mais influente da história. Tradução: Maria Alzira Brum Lemos. Rio de Janeiro: Editora Ediouro Publicações S/A, 2006.

WILCKEN, Patrick. Império à Deriva: A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Objetiva: Rio de Janeiro, 2005.

Endereços Eletrônicos

Breve Resumo Histórico da Maçonaria no Brasil. Disponível em:

<<http://www.mercuri.com.br/gm-historicodamaconaria.html>> Acesso em 03 jan. 2008.

História da Maçonaria Brasileira. Disponível em:

<http://www.glojars.org.br/institucional/historia_brasileira.htm> Acesso em 03 jan. 2008.

O Aurora 69. Disponível em:

<<http://www.arimateia.med.br/conteudo/macom1/jornais/005.pdf>> Acesso em 02 jan. 2008.

Um Pouco de História da Maçonaria no Brasil. Disponível em:

<<http://www.mercuri.com.br/gm-historicodamaconaria.html>> Acesso em 03 jan. 2008.

ANEXOS
(DOCUMENTOS E IMAGENS)

ANEXO A – Abaixo-assinado feito pelos Patriotas da Revolução Pernambucana, em 07 de março de 1817, nomeando cinco Patriotas para servir como governo.

Nós, abaixo assinados, presentes para votarmos na nomeação de um Governo Provisório, para cuidar da causa da Pátria, declaramos à face de Deus que temos votados, e nomeados os cinco patriotas seguintes: da parte do eclesiástico, o patriota João Ribeiro Pessoa de MeIo Montenegro; da parte militar, o patriota capitão Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa; da parte da magistratura, o patriota José Luiz de Mendonça; da parte da agricultura, o patriota Coronel Manoel Correia de Araújo e da parte do comércio, o patriota Domingos José Martins; e, ao mesmo tempo, todos firmamos esta nomeação, e juramos de obedecer a este governo em todas as suas de liberações e ordens. Dado na casa do Erário, às doze horas do dia 7 de março de 1817. E eu Maximiano Francisco Duarte, escrevi. Assinados - Luiz Francisco de Paula Cavalcanti - José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima (o Padre Roma) Joaquim Ramcs de Almeida - Francisco de Brito Bezerra Cavalcanti de Albuquerque - Joaquim José Vaz Salgado Joaquim Ferreira de S. Paia - Francisco de Paula Cavalcanti Felipe Nery Ferreira - Joaquim d'Anunciação e Siqueira - Tomaz Ferreira Vila Nova - José Maria de Vasconcelos Bourbon Francisco de Paula Cavalcanti Junior - Tomaz José Alves de Siqueira - João de Albuquerque Maranhão e João Marinho Falcão.

ANEXO B – Alvará de 30 de março de 1818 (parte).

Eu El-Rei faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem, que tendo-se verificado pelos acontecimentos que são bem notorios, o excesso de abuso a que tem chegado as Sociedades secretas, que, com diversos nomes de ordens ou associações, se tem convertido em conventiculos e conspirações contra o Estado; não sendo bastantes os meios correccionaes com que se tem até agora procedido segundo as leis do Reino, que prohibem qualquer sociedade, congregação ou associação de pessoas com alguns estatutos, sem que ellas sejam primeiramente por mim autorizadas, e os seus estatutos approvados: e exigindo por isso, a tranquillidade dos povos, e a segurança que lhes devo procurar e manter, que se evite a occasião e a causa de se precipitarem muitos vassallos, que antes podiam ser uteis a si e ao Estado, se forem separados delles, e castigados os perversos como as suas culpas merecem; e tendo sobre esta materia ouvido o parecer de muitas pessoas dou tas e zelosas do bem do Estado, e da felicidade dos seus concidadãos; e de outras do meu Conselho e constituidas em grandes empregos, tanto civis como militares, com as quaes me conformei: sou servido declarar por criminosas e prohibidas todas e quaesquer sociedades secretas de qualquer denominação que ellas sejam, ou com os nomes e fórmias já conhecidas, ou debaixo de qualquer nome ou fórmula, que de novo se disponha ou imagine; pois que todas e quaesquer deverão ser consideradas, de agora em diante, como feitas para conselho e confederação contra o Rei e contra o Estado.

[...]

ANEXO C – Discurso de José Clemente Pereira.

Fala do Presidente do Senado da Câmara ao Príncipe Regente no dia do "Fico" (9 jan. 1822)

Fala que o Juiz de Fora desta cidade José Clemente Pereira, Presidente do Senado da Câmara, dirigiu a Sua Alteza Real, no ato em que ele apresentou ao Mesmo Senhor as representações do povo da mesma cidade.

Senhor. - A saída de Vossa Alteza Real dos Estados do Brasil será o fatal Decreto, que sancione a independência deste reino! Exige por tanto a salvação da Pátria que Vossa Alteza Real suspenda a sua ida até nova determinação do soberano congresso.

Tal é, Senhor, a importante verdade, que o Senado da Câmara desta cidade, impedido pela vontade do povo, que representa, tem a honra de vir apresentar a muito alta consideração de Vossa Alteza Real: cumpre demonstrá-la.

O Brasil, que em 1808 viu nascer nos vastos horizontes do Novo Mundo a primeira Aurora da sua Liberdade - o Brasil que em 1815 obteve a carta da sua emancipação política, preciosa dádiva de um Rei Benigno - o Brasil, finalmente, que em 1821, unido à Mãe Pátria, Filho tão valente, como fiel, quebrou com ela os ferros do proscrito despotismo - recorda sempre com horror os dias da sua escravidão recém-passada - teme perder a liberdade mal segura, que tem principiado a gostar - e receia que um futuro envenenado o precipite no estado antigo de suas desgraças.

É filho daquela recordação odiosa, daquele temor, e deste receio o veneno que a opinião pública se apressou a lançar na carta de lei do 1º de Outubro de 1821; porque se lhe antojou, que o novo sistema de governo de juntas provisórias, com generais das armas independentes delas, sujeitos ao governo do Reino, a este só responsáveis e às Cortes, tende a dividir o Brasil e a desarmá-lo para o reduzir ao antigo estado de colônia, que só vis escravos podem tolerar, e nunca um povo livre, que pugna pelo ser, nenhuma força existe capaz de o suplantar.

É filho das mesmas causas o veneno que a opinião pública derramou sobre a carta de lei do mesmo dia, mês e ano, que decretou a salda de Vossa Alteza Real; porque entendeu que este Decreto tem por vistas roubar ao Brasil o centro da sua unidade e política, única garantia da sua liberdade e ventura.

É filho das mesmas causas o dissabor, e o descontentamento com que o povo constitucional e fiel ouviu a moção da extinção dos Tribunais deste Reino; porque desconfiou que Portugal aspira a reedificar o império da superioridade antiga, impondo-lhe a dura lei da dependência, e arrogando-se todas as prerrogativas de Mãe, como se durasse ainda o tempo sua curatela extinta; sem se lembrar que este filho, emancipado, já não pode ser privada com justiça da posse de direitos e prerrogativas, q1le por legítima partilha lhe pertencem.

É filho da mesma causa o reparo e susto, com que o desconfiado brasileiro viu que no soberano Congresso se principiaram a determinar negócios do Brasil, sem que estivessem reunidos todos os seus deputados, contra a declaração solene do mesmo soberano congresso, tantas vezes ouvida com exaltado aplauso do povo brasileiro; porque julgou acabada de uma vez a consideração até então politicamente usada com esta importante parte de Monarquia.

Tal é, Senhor, o grito da opinião pública nesta província. Corramos as vistas ligeiramente sobre as outras; e que se pode esperar da sua conduta?

Pernambuco, guardando as matérias-primas da independência, que proclamou um dia, malograda por imatura, mas não extinta, quem duvida, que a levantará de nova, se um centro -próximo de união política a não prender?

Minas, principiou por atribuir-se um poder deliberativo, que tem por fim examinar os decretos das Cortes soberanas, e negar obediência àquele que julgar opostos aos seus interesses; já deu acessos militares; trata de alterar a lei dos dízimos; tem entrado, segundo dizem, no projeto de cunhar moeda _ e que mais faria uma província que se tivesse proclamado independente?

S. Paulo, sobejamente manifestou os sentimentos livres que possui, nas políticas instruções, que ditou aos seus ilustres deputados. - Ela ali corre a expressá-las mais positivamente pela voz de uma deputação, que se apressa em apresentar a V. A. R uma representação igual a deste povo!

O Rio Grande de S. Pedro do Sul, vai significar a V. A. R, que vive possuído de sentimentos idênticos, pelo protesto desse honrado cidadão que vides incorporado a nós!

Ah! Senhor, e será possível que estas verdades, sendo tão públicas, estejam fora do conhecimento de V. A. R? Será possível que V. A. R. ignore, que um partido republicano, mais ou menos forte, existe semeado aqui e ali, em muitas das províncias do Brasil, por não dizer em todas elas? Acaso os cabeças, que intervieram na explosão de 1817, expiraram já? E se existem, e são espíritos fortes e poderosos, como se crê que tenham mudado de opinião? Qual outra lhes parecerá mais bem fundada que a sua? E não diz uma fama pública, ao parecer segura, que nesta cidade mesma um rumo deste partido reverdeceu com a esperança da saída de V. A. R.; que fez tentativas para crescer e ganhar forças, e que só desanimou à vista da opinião dominante, de que V. A. R se deve demorar aqui para sustentar a união da Pátria.

Não é notório e constante, que vasos de guerra estrangeiros visitam, em número que se faz notável, todos os portos do Brasil? E não se diz que grande parte destes pertence a uma nação livre, que protege aquele partido, e que outros são observadores vigilantes de nações empreendedoras?

Não foi finalmente quando preparavam a sua constituição política que a Polônia se viu talada pelas armas dos êmulos da sua futura glória, e a Espanha por falta de política perdeu a riqueza das suas Américas?

E se de tudo é resultado certo. que a Pátria está em perigo!!! Qual será o remédio também achado que a salve? A opinião pública, esta rainha do mundo poderosa, que todos os negócios políticos governa com acerto, o ensina.

Dê-se ao Brasil um centro próximo de união e atividade, dê-se-lhe uma parte do corpo legislativo, e um ramo do poder executivo, com poderes competentes, amplos, fortes e liberais, e tão bem ordenados, que formando um só corpo legislativo, e um só poder executivo, só uma Corte, e só um Rei, possa Portugal e o Brasil fazer sempre uma família irmã, um só povo, uma só nação, e um só Império. E não oferecem os governos liberais da Europa exemplos semelhantes? Não é por este sistema divino que a Inglaterra conserva unida a si a sua Irlanda?

Mas enquanto não chega este remédio tão desejado, como necessário exige a salvação da pátria que V.A.R. viva no Brasil, para o conservar unido a Portugal. Ah! Senhor, se V.A.R. nos deixa, a desunião é certa. O partido da independência, que não dorme, levantará o seu império; e em tal desgraça, oh! que de horrores, e de sangue, que terrível cena aos olhos de todos se levanta!

Demorai-vos, Senhor, entre nós, até dar tempo que o soberano Congresso seja informado do último estado das coisas neste Reino, e da opinião que nele reina. Dai tempo a que receba as representações humildes deste Povo constitucional e fiel, unidas às das mais províncias. Dai tempo a que todas corram para este centro de unidade; que se elas vierem a pátria será salva, aliás sempre estará em perigo. Dai afago aos votos dos seus filhos do Brasil.

Façamos justiça à sua boa fé, e veremos que as cartas de lei do 1º de Outubro de 1821, que a tantas desconfianças têm dado causa, foram ditadas sobre o estado da opinião que a esse tempo dominava neste Reino. Quase todas as províncias declararam mui positivamente que nada queriam do governo do Rio de Janeiro, e que só reconheciam o de Lisboa. V.A. R. o sabe, e V.A.R. mesmo foi obrigado a escrever para lá, que não podia conservar-se aqui por falta de representação política, mais limitada que a qualquer capitão general do governo antigo. Apareceram além disto nesta cidade dias aziagos!!! Correram vozes envenenadoras, que nem a pureza da conduta de V. A. R., a todos as luzes conhecidamente constitucional, perdoaram. Desejou-se (sou homem de verdade, hei de dizê-lo), desejou-se aqui e escreveu-se para lá, que V. A. R. saísse do Brasil.

À vista destes fatos, que são positivos e indubitáveis, que outra idéia se podia então apresentar ao soberano congresso, que não fosse a de mandar retirar do Brasil a Augusta Pessoa de V. A. R.?

Mas hoje que a opinião dominante tem mudado, e tem principiado a manifestar-se com sentimentos, que os verdadeiros políticos possuíram sempre; hoje que todos querem o governo de V. A. R. como remédio único de salvação contra os partidos da independência; hoje que se tem descoberto que aquelas declarações, ou nasceram de cálculos precipitados, filhos da ocasião e do ódio necessário, que todas as províncias tinham ao governo do Rio de Janeiro pelos males que de cá lhes foram, ou tiveram talvez por verdadeiro fim abrir os primeiros passos para uma premeditada independência absoluta; hoje finalmente, que todas vão caminhando para ela, ais ou menos, é sem dúvida de esperar que o soberano congresso, que só quer a salvação da pátria, conceda sem hesitar aos honrados brasileiros o remédio de um centro próximo de unidade e atividade que com justiça lhe requerem.

E como se poderá negar ao Brasil tão justa pretensão? Se Portugal acaba de manifestar aos Soberanos e Povos da Europa, que entre as ponderosas e justificadas causas que produziram os memoráveis acontecimentos, que ali tiveram lugar nos regenerados dias 24 de agosto e 15 de setembro de 1820, foi principal e da orfandade,

em que se achava pela ausência de S. M. o Senhor Rei D. João VI, por ser conhecida por todos a impossibilidade de pôr em marcha regular os negócios públicos e particulares da monarquia, achando-se colocado a duas mil léguas o centro de seus movimentos: que razão de diferença existe para esperar que o Brasil, padecendo os mesmos males, não busque mais tarde ou mais cedo os mesmos remédios? E não será mais acertado conceder-lhe já o que por força se lhe há de dar?

Tais são, Senhor, os votos deste povo: e protestando que vive animado da mais sincera e ardente vontade de permanecer unido a Portugal, pelos vínculos de um pacto social, que fazendo o bem geral de toda a nação, faça o do Brasil por anéis de condições em tudo iguais, roga a Vossa Alteza Real, que se digne de os acolher Benigno, e anuir a eles, para que aqueles vínculos mais e mais se estreitem, e se não quebrem ... por outra forma o ameaçado rompimento de independência e anarquia parece certo e inevitável.

ANEXO D – Discurso proferido por Joaquim Gonçalves Lêdo, no ano de 1822, na loja “Comércio e Artes”.

SENHOR! A natureza, a razão e a humanidade, este feixe indissolúvel e sagrado, que nenhuma força humana pode quebrar, gravaram no coração do homem uma propensão irresistível para, por todos os meios e com todas as forças em todas as épocas e em todos os lugares, buscarem ou melhorarem o seu bem estar. Este principio tão santo como a sua origem, e de centuplicada força quando aplicado as nações, era de sobra para o Brasil, esta porção preciosa do globo habitado, não acedesse a inerte expectação de sua futura sorte, tal qual fosse decretada longe de seus lugares e no meio de uma potência (Portugal) que deveria reconhecer inimiga de sua glória, zelosa de sua grandeza, e que bastante deixava ver pelo seu Manifesto às nações que queria firmar a sua ressurreição política sobre a morte do nascente Império Luso-Brasileiro, pois baseava as razões de sua decadência sobre a elevação gloriosa deste filho da América - o Brasil.

Se a esta tão óbvia e justa consideração quisesse juntar a sua dolorosa experiência de trezentos e oito anos, em que o Brasil só existira para Portugal para pagar tributos que motivos não encontraria na cadeia tenebrosa de seus males para chamar a atenção e vigilância de todos os seus filhos a usar da soberania que lhe compete, e dos mesmos direitos de que usara Portugal e por si mesmo tratar de sua existência e representação política, da sua prosperidade e da sua constituição? Sim, o Brasil podia dizer a Portugal: "Desde que o sol abriu o seu túmulo e dele me fez saltar para apresentar-se ao ditoso Cabral a minha fertilidade, a minha riqueza, a minha prosperidade, tudo te sacrifiquei, tudo te dei, e tu que me deste? Escravidão e só escravidão. Cavavam o seio das montanhas, penetravam o centro do meu solo para te mandarem o ouro, com que pagavas as nações estrangeiras a tua conservação e as obras com que decoras a tua majestosa capital; e tu quando a sôfrega ambição devorou os tesouros, que sob mão se achavam nos meus terrenos, quisestes impor-me o mais odioso dos tributos, a "capitação". Mudavam o curso dos meus caudalosos rios para arrancarem de seus leitos os diamantes que brilham na coroa do monarca; despiam as minhas florestas para enriquecerem a tua grandeza, que todavia deixava cair das enfraquecidas mãos ... E tu que deste? Opressão e vilipêndio! Mandavas queimar os filatórios e teares, onde minha nascente indústria beneficiava o algodão para vestir os meus filhos; negavas-me a luz das ciências para que não pudesse conhecer os meus direitos nem figurar entre os povos cultos; acanhavas a minha indústria para me conservares na mais triste dependência da tua; desejavas até diminuir as fontes da minha natural grandeza e não querias que eu conhecesse o Universo senão o pequeno terreno que tu ocupas. Eu acolhi no meu seio os teus filhos a que doirava a existência e tu me mandavas em paga tiranos indomáveis que me laceravam.

Agora é tempo de reempossar-me de minha Liberdade; basta de oferecer-me em sacrifício as tuas interessadas vistas. Assaz te conheci, demasiando te servi... - os povos não são propriedade de ninguém.

Talvez o Congresso de Lisboa no devaneio de sua fúria (e será uma nova inconseqüência) dê o nome rebelião ao passo heróico das províncias do Brasil a reassunção de sua soberania desprezada; mas se o fizer, deverá primeiro declarar rebelde a Razão, que prescreve aos homens não se deixarem esmagar pelos outros homens, deverá declarar rebelde a Natureza, que ensinou aos filhos a separarem-se dos seus pais, quando tocam a época de sua virilidade; é mister declarar rebelde a Justiça, que não autoriza usurpação, nem perfídias; é mister declarar rebelde o próprio Portugal, que encetou a macha de sua monarquia, separando-se de Castela; é mister declarar-se rebelde a si mesmo (esse Congresso), porque se a força irresistível das coisas prometia a futura desunião dos dois Reinos os seus procedimentos aceleraram esta época, sem dúvida fatal para outra parte da nação que se queira engrandecer.

O Brasil, elevado à categoria de Reino, reconhecido por todas as potências e com todas as formalidades que fazem o direito público na Europa, tem inquestionavelmente jus a reempossar-se da porção de soberania que lhe compete, porque o estabelecimento da ordem constitucional é negócio privativo de cada povo.

A independência, Senhor, no sentido dos mais abalizados políticos, é inata nas colônias, como a separação das famílias o é na Humanidade.

A natureza não formou satélites maiores que os seus planetas. A América deve pertencer à América, e Europa à Europa, porque não de balde o Grande Arquiteto do Universo meteu entre elas o espaço imenso que as separa. O momento para estabelecer-se um perdurável sistema, e ligar todas as partes do nosso grande todo, é este...

O Brasil, no meio das nações independentes, e que falam com exemplo de felicidade, não pode conservar-se colonialmente sujeito a uma nação remota e pequena, sem forças para defendê-lo e ainda para conquistá-lo. As nações do Universo têm os olhos sobre nós, brasileiros, e sobre ti, Príncipe! Cumpre aparecer entre elas como rebeldes ou como homens livres e dignos de o ser. Tu já conheces os bens e os males que te esperam e à tua posteridade. Queres ou não queres

Resolve, Senhor!

ANEXO E – Carta de D. Leopoldina, que o correio Paulo Bregaro entregou a D. Pedro, no dia 7 de setembro de 1822.

"Pedro, o Brazil está como um vulcão. Até no Paço ha revolucionarios. Até portuguezes são revolucionarios. As Cortes portuguezas ordenam a vossa partida immediata, ameaçam-vos, humilham-vos. O Conselho de Estado aconselha-vos para ficar.

Meu coração de mulher e de espoza prevê desgraças se partirmos agora para Lisboa. Sabemos bem o que tem sofrido nossos paes.

O rei e a rainha de Portugal não são mais reis, não governam mais, são governados pelo despotismo das Cortes que perseguem e humilham os soberanos a quem devem respeito.

Chamberlain vos contará tudo o que succede em Lisboa. O Brazil será em vossas mãos um grande paiz. O Brazil o quer para seo monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio elle fará a sua sepparação.

O pommo está maduro. Colhei-o já, senão apodrece.

Ainda é tempo de ouvirdes o conselho de um sabio que conheceu todas as cortes da Europa, que alem de vosso Ministro fiel é o maior de vossos amigos.

Ouvi o conselho de vosso Ministro se não quizerdes ouvir o de vossa amiga. Pedro, o momento é o mais importante de vossa vida.

Já dissesteis aqui o que irieis fazer em S. Paulo.

Fazei pois Tereis o apoio do Brazil inteiro e contra a vontade do povo brasileiro os soldados portuguezes que aqui estão nada podem fazer".

ANEXO F – Certidão das Atas das Sessões de Agosto a Outubro de 1822 do Grande Oriente do Brasil (29 ago. 1861).

Sapientíssimo Grão-Mestre e Grande Comendador
Processe-se. Rio, 14 de ag.º 1861
M. d'Abrantes

Desejando reivindicar na Corografia do Brasil que estou publicando a iniciativa que teve o Grd. Oriente nos atos da Independência e Aclamação do seu primeiro Imperador e União das Províncias que alguns escritores mal informados atribuem a outras associações e indivíduos, preciso que o Resp.: Ir.: Grande Secretário Chefe da Gr.: Secr.: passe por certidão o que constar a tal respeito das atas das Sessões do Gr.: Or.: de Ns. 13 a 17 e o mais que constar a respeito da Aclamação do Primeiro Imperador em Assembléia Geral do Povo Maçônico antes do dia 12 de outubro de 1822.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1861.

Dr. Alexandre Js. de Mello Moraes Gr.: 33:.

Grande Orador do Gr.: Or.:.

Em cumprimento do despacho de sua Excelência Marquês d'Abrantes Grande Mestre Grande Comendador da Ordem Maçônica no Brasil, ex no requerimento antecedente do Grande Orador da mesma Ordem Dr. Alexandre José de Mello Moraes, em o dia 14 de agosto corrente, extrai do Livro 1.º das Atas das Sessões do Grande Oriente do Brasil, a respeito do requer o suplicante, o seguinte:

1.º Que da ata da sessão em 13 do 5.º mês do ano 1822 (2 de agosto) consta ter o Grande Mestre da Ordem então, o Conselheiro José Bonifácio d'Andrada e Silva, proposto para ser iniciado nos mistérios da Ordem D. Pedro d'Alcântara, Príncipe Regente do Brasil e seu Defensor Perpétuo: e que sendo aceita a proposta com unânime aplauso, e aprovada por aclamação geral, foi imediata e convenientemente comunicada ao mesmo proposto, que dignando-se aceitá-la, compareceu logo na mesma sessão, e do também logo iniciado no primeiro grau na forma regular e prescrita pela liturgia, prestou o juramento da Ordem, e adotou o nome heróico de: Guatimozin.

2.º Que da ata da sessão de 16 do mesmo mês e ano (5 de agosto) presidida interinamente pelo 1.º Grande Vigilante do Grande Oriente Joaquim Gonçalves Ledo, consta ter sido proposto e aprovado para o grau de Mestre o sobredito ilustre Aprendiz Guatimozin, que por ter ficado pertencendo à Loja n.º 1 denominada Comércio e Artes, foi incumbido de lhe conferir o dito grau o respectivo Venerável Manoel dos Santos Portugal .

3.º Que da Ata da Sessão de 20 do 6.º mês do mesmo Ano 1822 (9 de setembro), consta não só que tendo sido convocados os maçons membros das três Lojas Metropolitanas para essa sessão extraordinária, com o especificado fim diante declarado, sendo também presidida pelo sobredito 1.º Grande Vigilante Joaquim

Gonçalves Ledo, no impedimento do Grande Mestre José Bonifácio, dirigira do Sólido um enérgico e fundado discurso demonstrando com as mais sólidas razões, que as atuais políticas, circunstâncias de nossa Pátria o rico, fértil e poderoso Brasil, demandavam a exigir imperiosamente que a sua categoria fosse inabalavelmente formada com a proclamação da nossa Independência, e da Realeza Constitucional na pessoa do augusto príncipe, perpétuo defensor do reino do Brasil; mas também, esta moção fora aprovada por unânime e simultânea aclamação expressada com o ardor do mais puro e cordial entusiasmo patriótico. Que sossegado mas não extinto o ardor da primeira alegria dos ânimos, por verem prestes a realizarem-se os votos da vontade geral pela Independência e engrandecimento da Pátria, propusera ainda o mesmo 1.º Grande Vigilante Joaquim Gonçalves Ledo, a necessidade de ser esta sua moção discutida, para que aqueles que pudessem ter receio de que fosse precipitada a medida da segurança e engrandecimento da Pátria, que se propunha, a perdessem convencidos pelos debates, de que a proclamação da Independência do Brasil âncora da salvação da mesma Pátria.

Em consequência do que, dando a palavra a quem quisesse especificar seus sentimentos, falaram vários Membros, e, posto que todos aprovavam a moção reconhecendo a necessidade imperiosa de se fazer a Independência do Brasil e de ser aclamado Rei dele o príncipe D. Pedro d'Alcântara seu defensor perpétuo e constitucional, contudo, como alguns dos mesmos opinantes mostrassem desejos de que fossem convidadas as outras Províncias coligadas para aderirem a nossos votos, e efetuar-se em todas simultaneamente a desejada aclamação, ficou reservada a discussão para outra assembléia geral, sendo todos os Maçons presentes, encarregados de disseminar e propagar a persuasão de tão necessária medida política.

Em seguida, sendo proposto por um dos membros presentes, que a doutrina política proclamada no periódico intitulado o = Regenerador = era subversiva dos princípios constitucionais e jurados nesta augusta Ordem, enquanto pretendia fazer persuadir aos Povos do Brasil princípios aristocráticos, que não se compadeciam com a liberdade constitucional, que os Brasileiros anelavam, e que só pode fazer a sua felicidade política, e muito mais quando tal doutrina é diametralmente oposta ao sistema constitucional abraçado, proclamado, jurado e seguido pelo augusto príncipe e perpétuo defensor do reino do Brasil, e portanto só própria para ofender seus interesses, provando asserções insidiosas do Congresso de Lisboa, que os áulicos do Rio de Janeiro pretendem restabelecer o despotismo: o que é falso, e por isso deveria ser chamado ante o Grande Oriente do Brasil em Assembléia geral o Redator daquele periódico, para ser repreendido por procurar propagar tais princípios desorganizadores, em contravenção aos juramentos que prestara nesta augusta Ordem, quando foi empossado no lugar que ocupa de Orador Loja n.º 1. Esta proposta foi aprovada sob a cominação de penas maçônicas no caso de desobediência ao chamamento; ficando logo resolvido, que deveria efetuar-se o comparecimento em assembléia geral, e se marcou para 23 deste mesmo mês, e que aqueles Membros que fossem assinantes do Regulador, enviassem imediatamente ao Redator os números que tivessem de tal periódico, com carta em que lhe significassem, que o dispensavam da continuação da remessa dos números ulteriores, bem como de restituição da assinatura recebida, por se contentarem conhecer um homem por tão pouco dinheiro, digo despesa.

4.º Que da ata da sessão em 23 do mesmo 6.º mês (12 de setembro), consta que, achando-se reunido o Povo maçom das três Lojas Metropolitanas, que por deliberação da sessão antecedente, fora convocado para esta Assembléia geral, tomara a presidência o supradito 1.º Grande Vigilante, no impedimento

do Grande Mestre e abriu a sessão, na qual, depois da leitura e aprovação da ata da antecedente, propôs-se o maçom Fr. Francisco de Sampaio redator do periódico Regulador, que se achava na sala de espera, devia ser acusado pelo Promotor, ou se bastaria a leitura da ata da sessão passada no Artigo respectivo; e sendo decidido por unânime voto da assembléia que se lesse ao Acusado o artigo que continha os pontos da acusação, e depois lhe fosse esta feita sobre esses pontos pelo Promotor verbalmente, teve ingresso e assento competente na assembléia o referido acusado; depois do que, praticada a deliberação acima, pretendeu ele acusado justifica-se afirmando debaixo de sua palavra de honra, que as opiniões transcritas no periódico de que era redator, não foram jamais as de sua íntima convicção, chamando em testemunho da verdade desta sua asserção, as doutrinas liberais, que apesar de ameaças contra a sua mesma existência não duvidava propalar publicamente no púlpito, e em particular perante todos os membros, com quem tivera freqüentes palestras sobre a nossa regeneração política e a santa causa do Brasil: que as perniciosas doutrinas de cuja propagação o acusavam eram escritos de uma correspondência que lhe fora transmitida por pessoa a quem devendo ele acusado respeito e consideração não pôde negar a inserência do seu periódico: que, era verdade haver se omitido declaração de que tais escritos provinham de correspondência, porém, que ele acusado já se havia absterido dela, e que no próximo número do mesmo periódico, que se achava redigido, mostrava qual era a sua opinião íntima e que protestava à respeitável Assembléia, que o ouvia, de jamais dar lugar em seu periódico a escritos desorganizadores e subversivos da liberdade constitucional que a opinião pública tem abraçado, e que se acha jurado por esta augusta Ordem. Esta pretendida justificação foi dócil, mas energicamente refutada, fazendo-se sentir ao Acusado o quanto ele se deslisava dos deveres de um bom Maçom e de um Brasileiro amante da verdade, enquanto por considerações e respeitos humanos marchava de encontro a aqueles mesmos deveres, abrigando debaixo do seu bom renome alheias opiniões, contrárias aos verdadeiros interesses da Nação Brasileira, e que por isso, não podendo nem devendo uma tal desculpa de atenção a respeitos e considerações para com poderosos, ser admitida a nenhum homem de bem, menos podia servir de justificação a ele Acusado, que como maçom tem contraído a obrigação de defender por todos os meios a seu alcance a causa do Brasil e a sua Independência, debaixo dos auspícios de seu augusto defensor perpétuo, a cuja liberalidade constitucional se irroga a mais atroz injúria, e até se atraiçoa, quando se procura dar à opinião pública outra direção, que não seja conforme à que tão sábia e adequadamente se tem desenvolvido e abraçado: e que portanto a assembléia não admitindo a desculpa dele Acusado como justificação a recebia como uma satisfação, e de tanto melhor grado, quanto era atendível a docilidade e reverência com que se comportava, bem como o protesto que fizera de abandonar aquela pérfida correspondência, e de escrever segundo seus verdadeiros sentimentos em defesa da causa do Brasil consultada a assembléia a tal respeito, bem como se o Acusado tornava-se digno de receber o abraço e ósculo fraternal, ficando assim em perpétuo esquecimento todo o ocorrido a seu respeito foi geralmente apoiada e aprovada esta agradável, desejada e estimável proposta, efetuando-se a conciliação do sobredito maçom Fr. Francisco de Sampaio com todos os membros presentes pelo abraço e ósculo fraternal.

Em seguida propôs mais o presidente sobredito à assembléia, que atenta a boa disposição dos ânimos de todos os Brasileiros conformes em aclamar o nosso augusto defensor perpétuo, Rei Constitucional do Brasil, e devendo os maçons, que foram os primeiros a dar este necessário impulso à opinião pública, adiantar e pôr em execução meios precisos para que nenhuma corporação civil os precedesse na glória desta honrosa empresa, acertado era que desta augusta Ordem se enviassem às províncias do Brasil, emissários encarregados de

propagar a opinião abraçada, e dispor os ânimos dos povos a esta grande e gloriosa obra, fazendo-se a despesa aos empregados nesta importante comissão com fundos que se achavam em Caixa, porque, posto que destinados para os ornatos e decorações do Grande Oriente, parecia ficarem melhor empregados na causa pública.

Apoiada e aprovada esta proposta com o entusiasmo e patriotismo que a nossa augusta Ordem tem sempre desenvolvido a respeito da causa do Brasil e para com o seu augusto defensor Constitucional, e não querendo nenhum dos membros presentes que se fizesse dos fundos em caixa aplicação diferente da do seu destino, se apressaram a oferecer generosas contribuições, prestando-se os membros J. Fernandes Lopes, e J. M. Lourenço Vianna, a fazer aos emissários as precisas assistências; e os membros Francisco Xavier com a quantia de cem mil réis; Amaro Velho com a de trezentos mil; e Ruy com a de cinquenta mil réis, e todos os mais conforme suas possibilidades, oferecendo-se mais para a comissão à província de Minas o Padre , Januário da Cunha Barboza; à de Pernambuco, João Mendes Vianna; à de Santa Catarina, Alexandrino José Tinoco; à do Espírito Santo, M. P. Ribeiro Pereira de Sampaio; à do Rio Grande do Sul o sobredito Francisco Xavier, que não podendo partir com a precisa brevidade, adiantava por contas entregues a seus sobrinhos, João, e Domingos Ribas, pertencentes também à nossa Ordem, as convenientes insinuações, na qualidade de membro que era do governo provisório daquela província; à da Bahia, J. E. Gordilho de Barbuda; à de Monte Vidéo, L. Obbes; e à Cidade de Cabo Frio, à sua custa, R. G. Possolo; ficando o presidente da assembléia encarregado de nomear para as mais províncias, pessoas habilitadas: o que tudo foi aceito. Sendo mais proposto e aprovado, que em consequência de haver o augusto Grão-Mestre, Guatimozin, dirigido da província de S. Paulo ao Grande Oriente fraternas felicitações, era um dever do Grande Oriente fazer-lhe, por meios de uma deputação as respeitadas expressões de agradecimento pela sua benévola recordação, e pelo seu feliz regresso: foram nomeados para irem a esta missão na manhã do dia seguinte os maçons João Fernandes, Amaro Velho da Silva e João Martins Lourenço Vianna.

5.º Que da ata da sessão em o dia 14 do 7.º mês do mesmo ano (4 d'outubro) presidida pelo referido 1.º Grande Vigilante, consta que ele expusera ter a convocação de presente assembléia por fim, a prestação do ;juramento do nosso muito amado membro Guatimozin, na qualidade de Grão-Mestre eleito da Maçonaria Brasileira em plena reunião do Povo Maçom; e sendo logo o novo Grão-Mestre conduzido ao sólio por uma deputação, prestou o juramento da Ordem e imediatamente tomou a presidência. Que depois de várias providências dadas a respeito de negócios de Pernambuco, obtendo a palavra o mesmo 1.º Grande Vigilante e aproveitando o entusiasmo geral da assembléia fez sentir, em um enérgico discurso, as boas disposições em que se achava o povo brasileiro, manifestadas por seus atos de adesão à augusta pessoa do seu defensor perpétuo, e que sendo o Grande Oriente a primeira Corporação que tomou a iniciativa da Independência do Brasil, dando todas as providências ao seu alcance por meio de seus membros para ser levada a efeito em todas as províncias, cumpria que também a tomasse na aclamação do seu Monarca, aclamando Rei ao seu defensor perpétuo; firmando a realza na sua augusta dinastia. Recebida com a maior satisfação e entusiasmo uma tal moção, e orando no mesmo sentido vários membros, firmando-se em razões mui convincentes, então o maçom Brigadeiro Domingos Alves Branco tomando a palavra declarou, que o augusto defensor perpétuo devia ser aclamado Imperador do Brasil, e não Rei, e subindo sobre uma mesa aclamou por três vezes e com voz forte: Viva o Sr. D. Pedra d'Alcântara 1.º imperador e defensor perpétuo do Brasil: o que foi unânime e entusiasticamente repetido pela, assembléia. Em seguida resolveu a assembléia que a aclamação-civil tivesse lugar no dia 12 de outubro, e

CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO

que todos os maçons se espalhassem pelos lugares de maior concurso, principalmente no Campo de St.^a Anna, onde deveria efetuar-se o mesmo solene ato, a fim de procurarem conservar a necessária tranqüilidade e conveniente decoro. Por esta ocasião propôs o maçom José Clemente Pereira, os vivas que como presidente do Senado da Câmara tencionava dar = à Religião = ao Sr. D. Pedro 1.^o imperador constitucional do Brasil = à sua augusta Esposa = e à Independência do Brasil.

E logo o Grão-Mestre da Ordem (Guatimozin) lembrou mais um viva à assembléia Constituinte e Legislativa: e assim se acordou no que se deveria praticar no futuro dia da aclamação civil. Continuando com a palavra o sobre dito maçom Clemente Pereira, participou, e ficou a assembléia inteirada, as boas novas recebidas dos Emissários, que já haviam partido, e o resultado satisfatório da correspondência com as Câmaras circunvizinhas.

Em seguida apresentando a comissão encarregada dos festejos para a aclamação, o respectivo programa consistindo em cinco Arcos e sua colocação, resolveu-se que não só esta despesa, como a mais que fosse necessária, se fizesse por meio de subscrição entre os maçons, os quais poderiam igualmente promove-la entre seus amigos; nomeando-se então, quem deveria receber o produto respectivo.

Concluídos os trabalhos desta sessão, o Grão-Mestre recebendo as despedidas de vários outros Emissários para as províncias, os felicitou e abraçou fraternalmente.

6.^o Que da Ata da sessão do dia 15 do mesmo 7.^o mês e ano (5 d'outubro) , consta, que aberta a assembléia geral sob a presidência do Grão-Mestre (Guatimozin) e depois de tratar-se da ocorrência havida com o maçom Francisco Pereira Limpo, relativamente às queixas que fizera da ordem do Governo, que regulava o modo de guarnecer a Esquadra Brasileira, que se estava aparelhando, propusera o maçom João Mendes Vianna, que o título de defensor perpétuo do Brasil fosse hereditário na família do imperador, em reconhecimento dos incomensuráveis serviços prestados ao Brasil; e que sendo geralmente aprovada esta proposta, observara um dos membros presentes; que conquanto fosse esse o desejo dos maçons, contudo era necessário o consentimento de todo o Povo. Reconhecida a legalidade da medida, encarregou-se o maçom José Clemente Pereira de aí propor na primeira vereação da Câmara, de que era presidente, para que fosse adotada se assim conviesse.

7.^o Que da ata da sessão do dia 22 do sobredito mês e ano (11 d'outubro), que fora igualmente presidida pelo Grão-Mestre, consta, que depois de várias deliberações tomadas acerca de objetos da Ordem, fora recomendado a todos os maçons a maior vigilância, para que o solene ato da aclamação, que devia celebrar-se no desejado dia seguinte, se efetuasse com a devida ordem e brilhantismo, segundo havia sido designado.

8.^o Finalmente, que da ata da sessão do dia 5 do 8.^o mês do mesmo ano (25 de Outubro), que fora convocada e presidida pelo mencionado

1.^o Grande Vigilante Joaquim Gonçalves Ledo, consta que ele apresentara uma ordem na qual determinava o Grão-Mestre (Guatimozin) que se suspendessem os trabalhos do Grande Oriente e de todas as Oficinas do Círculo até segunda ordem sua: o que mandava na qualidade de Grão-Mestre da Maçonaria Brasileira, e na de Imperador e defensor perpétuo deste Império. Que encerrados os trabalhos, se dispersaram os

trabalhadores. Eis o que consta do sobredito Livro ao qual me reporto: em fé do que assei a presente certidão. Secretaria-Geral da Ordem Maçônica no Brasil, Vale do Rio de Janeiro, aos 29 dias do mês d'agosto de 1861.

Ruy Germack Possolo

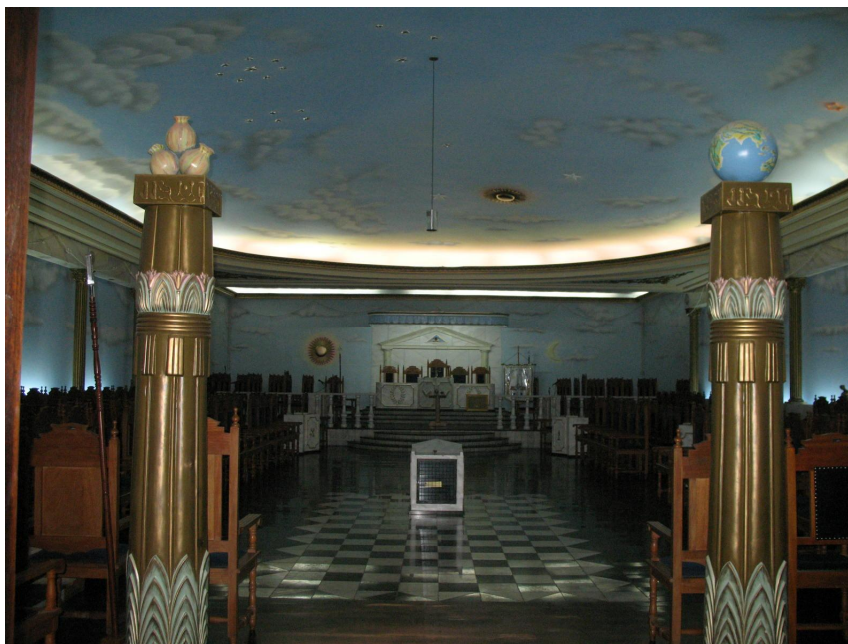
Chefe 33

Declaro que da sobre dita Ata de 13 do 5.º mês do ano 1822 (2 d'agosto) consta também, que antes de ter lugar a iniciação do Príncipe Regente, foram recebidos no Grande Oriente como visitantes para assistirem a esse , ato os maçons Felipe Nery Ferreira, Membro do governo provisório de Pernambuco, e Lucas José Obes, procurador da província Cisplatina, que na sessão antecedente, em n do mesmo mês, haviam sido nomeados delegados do Grande Oriente nas ditas províncias. Secretário & era ut supra.

R. G. Possolo

Chefe 33

IMAGEM 1 – Templo Maçônico
Interior do Templo da Grande Loja Maçônica do Distrito Federal



Fonte: O AUTOR (2007).

IMAGEM 2 – Templo Maçônico
Interior do Templo da Grande Loja Maçônica de Londres



Fonte: <http://images.google.com.br/imgres?>

IMAGEM 3 – Manuel de Arruda Câmara⁸¹



Fonte: <http://picasaweb.google.com/jerdivan>. Acesso em 20 jan 2008

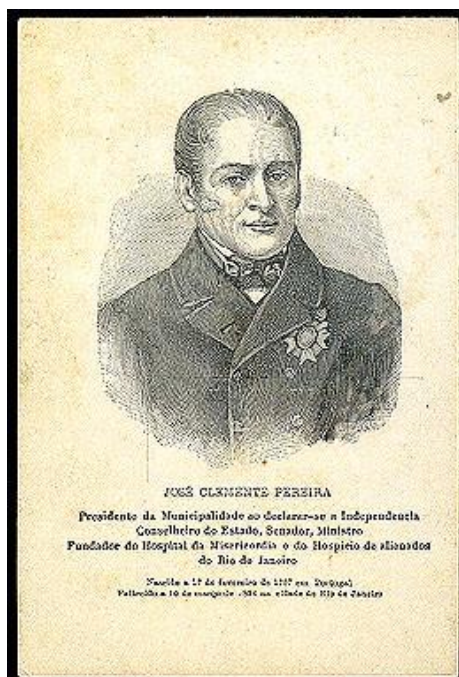
IMAGEM 4 – Hipólito José da Costa⁸²



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/>. Acesso em 02 jan 2008.

⁸¹ Criador da instituição secreta Areópago de Itambé, em 1796, localizada entre os estados da Paraíba e Pernambuco.

⁸² Em 1802, Hipólito José da Costa negociou e obteve em Londres, o reconhecimento do Grande Oriente Lusitano.

IMAGEM 5 - José Clemente Pereira⁸³

Fonte: <http://www.oselo.com.br/images/E2252.JPG> , Acesso em 20 jan. 2008

IMAGEM 5.1 – José Clemente Pereira⁸⁴

Fonte: <http://www.bairrodocatete.com.br/joseclemente.jpg> , Acesso em 20 jan. 2008

⁸³ Presidente do Senado da Câmara no dia 9 de janeiro de 1822. Dia do Fico.

⁸⁴ Membro da loja “União e Tranquilidade”, onde exerceu o cargo de Orador.

IMAGEM 6 - José Bonifácio de Andrada e Silva⁸⁵



Fonte: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02jose_bonifacio.html

⁸⁵ José Bonifácio de Andrada e Silva, Vice-Presidente da Junta Governativa de São Paulo com o ofício assinado pela Junta Paulista, para ser entregue a D. Pedro, em 24 de dezembro de 1821.

IMAGEM 7 – Joaquim Gonçalves Lêdo⁸⁶



Fonte: <http://paginas.terra.com.br>

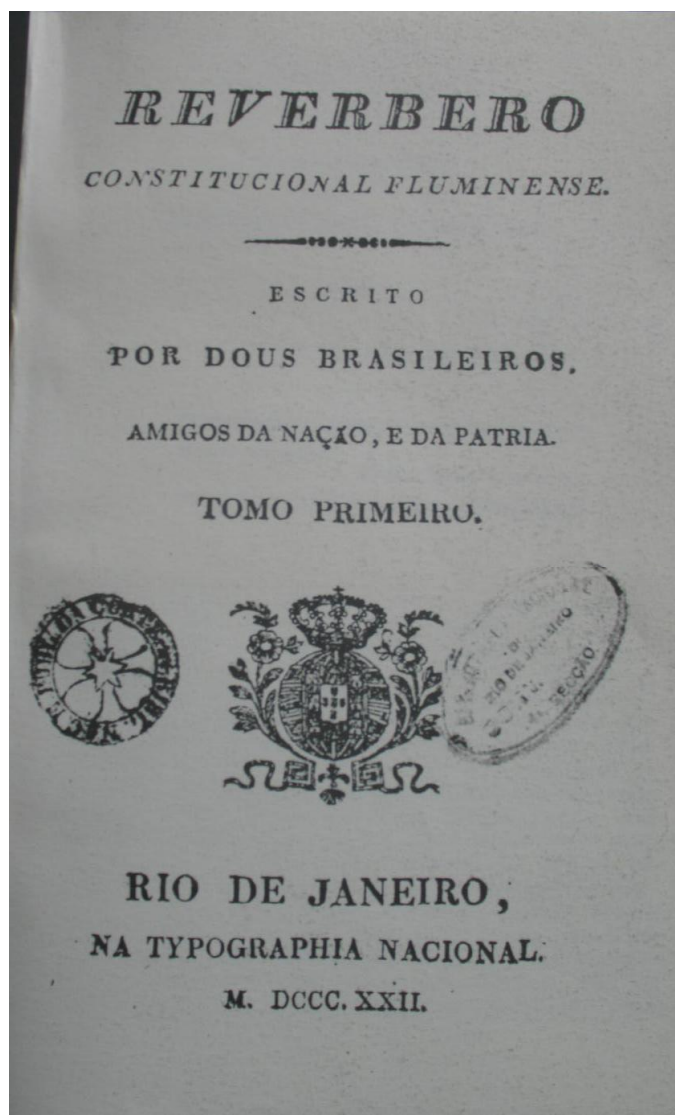
IMAGEM 8 – D. Leopoldina



Fonte: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/sete_setembro.html

⁸⁶ Criador do jornal “Revérbero Constitucional Fluminense”, juntamente com Januário da Cunha Barbosa.

IMAGEM 9 – Jornal Revérbero Constitucional Fluminense (Capa Fac-Simile)



Fonte: foto tirada pelo autor da capa do fac-simile do Tomo I.

IMAGEM 10 – Dom Pedro I ⁸⁷

Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon.



Fonte: O AUTOR

⁸⁷ Fotografia tirada pelo Autor em Exposição realizada em 2007, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, em Brasília-DF, alusiva às comemorações de aniversário da Independência do Brasil. Busto de propriedade do acervo dos Dragões da Independência, do Exército Brasileiro.